



**SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO EMPREGO E PROMOÇÃO SOCIAL**  
**Núcleo de Coordenação Estadual da Política de Assistência Social**



**VII CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO PARANÁ**

**RELATÓRIO FINAL**

**1. APRESENTAÇÃO:**

A VII Conferência Estadual de Assistência Social, convocada pelo Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, através da deliberação n.º 002/2007, teve como objetivo geral realizar balanço dos avanços conquistados até o presente ano, na implementação do SUAS e do Plano Decenal, em especial do reordenamento e consolidação de uma rede de serviços que assegure os direitos socioassistenciais e das estratégias para efetivá-la a curto prazo, indicando as ações imperativas ao aprimoramento da Política de Assistência Social e as estratégias para atingi-las, no sentido de reverter a médio e longo prazo os indicadores sociais das situações de vulnerabilidade e risco social da população paranaense e brasileira, esses elementos deverão consolidar o Plano de metas Decenal para os próximos 8 anos.

Nesse sentido discutiu a situação atual de implementação do SUAS no tocante a: gestão dos serviços, programas, projetos, benefícios sociais e defesa dos direitos socioassistenciais; gestão do trabalho/capacitação; gestão financeira; gestão da informação, monitoramento e avaliação, e controle social da assistência social, em cada esfera de governo; no ordenamento da rede de serviços de acordo com os níveis de proteção social básica e especial identificando metas e estratégias para consolidar e reordenar a rede prestadora de serviços já existente e para as situações de ausência de cobertura dos direitos socioassistenciais.

Após as Conferências Municipais, foram realizadas 15 Conferências Regionais, espaços em que as posições locais foram articuladas por eixo e por porte com definição de ações consorciadas e com indicativos ao Conselho Estadual de Assistência Social das principais dificuldades a serem enfrentadas regionalmente. Estes momentos de encontros regionais caracterizaram-se pelo desafio da articulação em rede, da garantia de direitos e serviços específicos a cada espaço territorial, considerando os princípios de integralidade e equidade no atendimento e universalidade no acesso. As ações propostas objetivam implementar e apoiar o fortalecimento do trabalho no que tange a garantia dos direitos dos usuários desta política pública.



**SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO EMPREGO E PROMOÇÃO SOCIAL**  
**Núcleo de Coordenação Estadual da Política de Assistência Social**



A VII Conferência Estadual de Assistência Social do Paraná foi realizada em quatro etapas distintas, a saber:

**1ª etapa**

Conferências Municipais a serem realizadas previamente às Conferências Regionais.

**2ª etapa**

Realização de reuniões prévias às Conferências Regionais, de caráter macrorregional para a definição dos segmentos, representados por cada uma das regiões que dispõem de assento no Conselho Estadual de Assistência Social em conformidade com o disposto no art. 11, deste Regulamento.

**3ª etapa**

As Conferências Regionais nas quais foram debatidos os temas propostos, eleger os delegados e delegadas (governamentais e da sociedade civil) para a VII Conferência Estadual de Assistência Social; eleger os delegados e delegadas (governamentais e da sociedade civil) para a VI Conferência Nacional de Assistência Social e, eleger conselheiros e conselheiras (titulares e suplentes) da sociedade civil para o CEAS, mandato 2008 a 2010, de acordo com o segmento definido na 2ª etapa e enviar documentação, conforme art. 13 e 14 deste regulamento, até dia 12 de setembro de 2007;

**4ª Etapa**

A VII Conferência Estadual de Assistência Social do Paraná reafirmou o compromisso da Política de Assistência Social, através do SUAS, com o desenvolvimento social do cidadão e cidadã visando a concretização das metas sociais do Plano Decenal para os próximos 8 anos e a integração das políticas sociais setoriais, em particular as de seguridade social e as de segurança alimentar, nutricional, trabalho, de renda e cidadania; deliberando as metas para o SUAS a curto, médio e longo prazo e os desafios para seu alcance nos municípios, no Estado e na União; os desafios e as medidas necessárias a serem adotadas para que municípios de pequeno, médio, grande porte, metrópole e Estado, consolidem a condição de gestão básica e/ou plena do SUAS até, no máximo, 2015; e ainda, o referendo dos delegados e delegadas governamentais e da sociedade civil que participarão da VI Conferência Nacional de Assistência



**SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO EMPREGO E PROMOÇÃO SOCIAL**  
**Núcleo de Coordenação Estadual da Política de Assistência Social**



Social e, dos conselheiros e conselheiras da sociedade civil, eleitos e eleitas nas Conferências Regionais do Estado, que irão integrar o Conselho Estadual de Assistência Social, para o exercício do mandato de 2008 a 2010.

A VII Conferência Estadual de Assistência Social, contou com 674 participantes, assim distribuídos: 66 delegados e delegadas natos: 30 conselheiros e conselheiras titulares do Conselho Estadual de Assistência Social, 36 representantes da Secretaria Executiva do FOREAS; 452 delegados e delegadas titulares, eleitos nas 15 Conferências Regionais respeitando a paridade entre governo e sociedade civil; 30 Conselheiros e conselheiras da sociedade civil (titulares e suplentes) eleitos que irão integrar o CEAS para o exercício do mandato 2008 a 2010; 76 Observadores e observadoras: 02 técnicos dos escritórios regionais da SETP, totalizando 36 pessoas; 20 representantes das Coordenadorias da SETP e 20 técnicos do IASP e 50 Convidados e convidadas do CEAS indicados pela Comissão Organizadora da VII Conferência.

## **2. PROGRAMAÇÃO:**

Local: Restaurante Madalozzo - Santa Felicidade/Curitiba-PR

**- Dia 23/10/2007-**

07h00min – CREDENCIAMENTO

09h30min – ABERTURA: MINISTÉRIO PÚBLICO; REPRESENTANTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA; CEAS (vice-presidente); FOREAS; COGEMAS; SECRETÁRIO DA SETP; CNAS; MDS; PRESIDENTE DA CONFERÊNCIA.

10h30min – LEITURA E APROVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DA CONFERÊNCIA:

11h00minh – CONFERÊNCIA MAGNA: COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES PARA ASSEGURAR PROTEÇÃO SOCIAL PELO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS



## **SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO EMPREGO E PROMOÇÃO SOCIAL**

### **Núcleo de Coordenação Estadual da Política de Assistência Social**



Palestrante: Prof<sup>a</sup>. Dra. Beatriz Augusto Paiva

12h00minh – DEBATE

12h30minh – ALMOÇO

13h30min – APRESENTAÇÃO CULTURAL

14h00minh – BALANÇO DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS

Palestrante: Dra. Carolina Gabas Stuchi - Balanço da implantação do SUAS no Brasil

Palestrante: Denise Arruda Ratmann Colin - Balanço da implantação do SUAS no Paraná

Mediadora: Dra. Lúcia Cortes

15h30min – GRUPOS DE DISCUSSÃO:

GESTÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS E DEFESA DOS DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS, sub- dividido por porte.

Facilitadora: Ironi Camargo

Relator Instrutor: Ângela de Fátima Ulrich Jeiss

Relator Instrutor: Ilda Lopes Witiuk

Representante do CEAS (Sociedade Civil): Dulcilene Pires Cardoso Tonon

Representante do CEAS (Governamental): Nircélio Zobot

Representante do FOREAS: Eunice Aparecida Porcel Sommacal

Relator do grupo: (a definir pelo grupo)

GESTÃO DO TRABALHO/CAPACITAÇÃO sub- dividido por porte

Facilitadora: Ana Paula Gonçalves



## **SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO EMPREGO E PROMOÇÃO SOCIAL**

### **Núcleo de Coordenação Estadual da Política de Assistência Social**



Relator Instrutor: Sylvia de Pol Poniwas  
Representante do CEAS (Governamental): Elza Campos  
Representante do CEAS (Sociedade Civil): Neiva Silvana Hack  
Representante do FOREAS: Thais Salvado Tartarotti  
Relator do grupo: (a definir pelo grupo)

GESTÃO FINANCEIRA sub- dividido por porte  
Facilitador: Rafael Carmona  
Relator Instrutor: Solange Aparecida M. Barros.  
Representante do CEAS (Governamental): Roberval Angelo Castilho  
Representante do CEAS (Sociedade Civil): Raymundo Rodrigues  
Representante do FOREAS: Terezinha Maria Wollff  
Relator do grupo: (a definir pelo grupo)

GESTÃO DA INFORMAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO sub- dividido por porte

Facilitadora: Kellen Dalcin  
Relator Instrutor: Tânia Vega  
Representante do CEAS (Governamental): Renata Mareziuzek dos Santos  
Representante do CEAS (Sociedade Civil): Sandra Cardoso  
Representante do FOREAS: Cristiane Meyer  
Relator do grupo: (a definir pelo grupo)

CONTROLE SOCIAL sub- dividido por porte  
Facilitadora: Carmen Cristina Pereira Zadra  
Relator Instrutor: Odete Fernandes



## SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO EMPREGO E PROMOÇÃO SOCIAL

### Núcleo de Coordenação Estadual da Política de Assistência Social



Representante do CEAS (Governamental): Maria Leonor Zanella  
Representante do CEAS (Sociedade Civil): Juliana Molinari  
Representante do FOREAS: Aparecido Adão Romero  
Relator do grupo: (a definir pelo grupo)

TÉRMINO – 18h30min

**- Dia 24/10/2007 -**

08h30min – MINI CURSOS:

#### PLANO DE INSERÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Instrutora: Rosângela Sossolote Rosin

Representante da Diretoria de Benefícios Assistenciais

Representante da SETP: Ironi Vieira de Camargo

Representante do CEAS (Governamental): Nircélio Zobot

Representante do CEAS (Sociedade Civil): Fátima Nascimento

Representante do FOREAS: Nilva Maria Rufatto

Relator Instrutor: Ilda Lopes Witiuk

Relator do grupo: (a definir pelo grupo)

#### FINANCIAMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Instrutora: Gisele Tavares

Representante da SETP: Rafael Carmona

Representante do CEAS (Governamental): Paulo César Langer



**SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO EMPREGO E PROMOÇÃO SOCIAL**  
**Núcleo de Coordenação Estadual da Política de Assistência Social**



Representante do CEAS (Sociedade Civil): José Cícero dos Santos  
Representante do FOREAS: Kleber Rodrigo Durat  
Relator Instrutor: Ângela de Fátima Ulrich Jeiss  
Relator do grupo: (a definir pelo grupo)

**CRITÉRIO E FLUXO DE HABILITAÇÃO**

Instrutor: Representante da Coordenação Geral de Regulação da Gestão Intergovernamental do SUAS  
Representante da SETP: Kelli Regina Albanese  
Representante do CEAS (Governamental): Kellen Cristina Dalcin  
Representante do CEAS (Sociedade Civil): Antônio José Portes Junior  
Representante do FOREAS: Eunice Aparecida Porcel Sommacal  
Relator Instrutor: Odete Fernandes  
Relator do grupo: (a definir pelo grupo)

**SISTEMA DE INFORMAÇÃO, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Instrutora: Representante da Assessoria da Secretaria Nacional de Assistência Social  
Representante da SETP: Lúcia Tureck  
Representante do CEAS (Governamental): Renata Mareziuzek dos Santos  
Representante do CEAS (Sociedade Civil): Jovelina Morteau Borghi  
Representante do FOREAS: Aparecido Adão Romero  
Relator Instrutor: Tânia Vega  
Relator do grupo: (a definir pelo grupo)

**PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL**

Instrutora: Representante do Departamento de Proteção Social Especial  
Representante da SETP: Carmen Cristina Pereira da Silva Zadra



**SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO EMPREGO E PROMOÇÃO SOCIAL**

**Núcleo de Coordenação Estadual da Política de Assistência Social**



Representante do CEAS (Governamental): Ana Paula Gonçalves  
Representante do CEAS (Sociedade Civil): Moisés Araújo Coêlho  
Representante do FOREAS: Roberto Garcia Castilho  
Relator Instrutor: Sylvia de Pol Poniwas  
Relator do grupo: (a definir pelo grupo)

12h00min – ALMOÇO

13h30min – PLENÁRIA FINAL:

Coordenação: Jucimeri Isolda e Denise Colin

Sistematização: Telma Maranhão Gomes e Dra. Solange Aparecida M Barros.

17h00min – ENCERRAMENTO





**SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO EMPREGO E PROMOÇÃO SOCIAL**  
**Núcleo de Coordenação Estadual da Política de Assistência Social**



**PARTE 1**  
**- SISTEMATIZAÇÃO DE RELATÓRIOS DE CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS -**

**Total de Municípios: 399**

**Total de Municípios que realizaram conferências municipais: 399**

**Número de Municípios Pequeno I: 317**

**1. Nos últimos 02 (dois) anos de implementação do SUAS, esses foram os principais avanços, dificuldades e desafios para a gestão do SUAS nos municípios desse porte:**

**NÚMERO DE MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE I: 317**

**EIXO: GESTÃO DO SUAS**

<b>AVANÇOS</b>	<b>DIFICULDADES</b>	<b>DESAFIOS/PROPOSIÇÕES</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>Planejamento da Política de Assistência Social</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Ausência de estrutura da Secretaria Municipal de Assistência Social com</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Estruturar a Secretaria de Assistência Social com equipe técnica do quadro próprio visando</li></ul>

	<p>equipe técnica do quadro próprio;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Precária efetividade e manutenção dos programas já existentes.</li> </ul>	<p>a melhoria na qualidade dos serviços;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Acompanhar a eficiência e eficácia das ações previstas no plano municipal de assistência social através de avaliação sistemática e realização de estudos e pesquisas;</li> <li>• Ampliar os serviços socioassistenciais de atendimento às famílias;</li> <li>• Criar e ampliar projetos, inclusive profissionalizantes, para adolescentes acima de 14 anos e manter programas voltados a este segmento tal como: PETI, SENTINELA;</li> <li>• Implantar Programas de Segurança Alimentar articulados com a política de assistência social;</li> <li>• Criar ou ampliar programas para atendimento de usuários de substâncias psicoativas em parceria com a política de saúde;</li> <li>• Potencializar e fortalecer a adesão dos municípios ao SUAS, promovendo a habilitação na gestão básica ou plena.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação de programa com relação a benefícios e serviços,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Baixo compromisso das mães para permanência no programa;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar e ou ampliar atendimento socioassistencial à gestante, particularmente</li> </ul>

<p>visando redução do índice de desnutrição da mãe/bebê.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cobertura insuficiente do benefício de auxílio natalidade às mães não contribuintes.</li> </ul>	<p>para as que recebem o benefício eventual de auxílio natalidade, em parceria com a política de saúde.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação de ações nos serviços socioassistenciais (cursos, atendimento técnicos, palestras);</li> <li>• Ampliação de 20% das metas de atendimento e implementação das ações e de infra-estrutura.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pouca adesão e permanência do público alvo nas ações;</li> <li>• Ausência de perspectivas e estímulos das famílias;</li> <li>• Resistência das famílias em participar e corresponder às ações do programa;</li> <li>• Insuficiência de estrutura e equipamentos para ações <i>in loco</i>;</li> <li>• Fragilidade no desenvolvimento de ações com adolescentes em situação de exploração e abuso sexual.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar Programas específicos às famílias com crianças de 0 a 6 anos;</li> <li>• Criar programas específicos para jovens de 14 a 25 anos;</li> <li>• Ampliar programas de atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sensibilização da sociedade para reconhecimento do trabalho infantil e combate ao mesmo.</li> <li>• Atendimento socioassistencial com contraturno intersetorial à crianças e adolescentes dos 7 aos 14 anos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Insuficiência de recursos do PETI para atendimento da demanda total de trabalho infantil;</li> <li>• Equívoco de interpretação da sociedade civil com relação ao trabalho infantil, considerando-o positivamente;</li> <li>• Ausência de diagnóstico para</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar e ou ampliar as metas do PETI;</li> <li>• Contratar equipe interdisciplinar especializada para serviços de atendimento à crianças, adolescentes em situação de exploração no trabalho e a seus familiares.</li> </ul>

	<p>comprovar o alto índice de trabalho infantil no Município;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de profissionais das áreas de Educação Física e Educação Artística nas atividades de contraturno.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sensibilização da rede socioassistencial e do setor público para a necessidade de atendimento descentralizado a partir do CRAS.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de divulgação para reverter o conceito sobre o público alvo da assistência social tendo em vista a existência de estigmas.</li> <li>• Distanciamento geográfico entre o CRAS, a prefeitura e os demais serviços socioassistenciais do Município.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construir, implantar e/ou ampliar CRAS nos territórios de maior vulnerabilidade segundo as previsões da NOB-SUAS;</li> <li>• Alcançar a condição de gestão básica no sistema municipal de assistência social;</li> <li>• Construir CRAS Rural com base no diagnóstico social;</li> <li>• Implantar CREAS conforme demanda apresentada.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Revisão e implementação de programa de capacitação com melhorias de infra-estrutura e realização de 35 cursos para 250 pessoas;</li> <li>• Ofertas de cursos nas áreas de alimentação e artesanato;</li> <li>• Implantação da marcenaria e início das atividades;</li> <li>• Trabalho com mães de baixa renda,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Insuficiência de recursos financeiros para pagamento de instrutores;</li> <li>• Ausência de parcerias com SENAI, SEBRAE, SENAR;</li> <li>• Inexistência de metodologia específica para os respectivos cursos;</li> <li>• Resistência de adesão pela população;</li> <li>• Ausência de projetos para</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar e ampliar programa de capacitação e geração de renda;</li> <li>• Implantar e implementar programas de geração de emprego e renda como hortas comunitárias, cooperativas de alimento, marcenaria, panificação.</li> </ul>

gerando profissionalização e renda para a população carente.	atendimento das crianças para que as mães possam ter maior disponibilidade em participar dos cursos de profissionalização; <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pouca responsabilidade do público alvo com os cursos de profissionalização e de geração de renda.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliação de ações na política do idoso e realização de reuniões e encontros com grupos de idosos;</li> <li>• Encaminhamento para acesso aos benefícios.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de técnicos especializados na área no envelhecimento;</li> <li>• Locomoção e desconhecimento dos critérios de acesso.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar o Piso de Transição de Média Complexidade;</li> <li>• Divulgar a Política de Assistência Social;</li> <li>• Implantar política de atenção ao idoso.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Organização do Sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pouca utilização do Cadastro Único como Sistema Municipal de Informação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Expandir o CadÚnico.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento de metas / 300 crianças contra-turno social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta aprovação de novos projetos; com base nos indicadores de realidade e necessidades infanto-juvenis.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar as atividades/ modalidades de contra-turno social com oficinas para adolescentes.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atendimento sócio-educativo a adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de elementos que assegurem a continuidade do Programa com financiamento do Estado e Município;</li> <li>• Ausência de espaço físico que reúna</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar contra-turnos intersetoriais com esporte, lazer, teatro, coral;</li> <li>• Criar serviços de atendimento a adolescentes, em cumprimento de Medidas sócio-educativas e seus familiares.</li> </ul>

	todas as modalidades do programa em um mesmo local.	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Geração de emprego e incentivo a agricultura familiar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Insuficiência de vagas para atendimento de maior número de agricultores e de entidades no Programa Compra Direta;</li> <li>Insuficiência de critérios para repasse de benefícios e vinculação direta com ONGs sem participação e respeito aos Conselhos de Assistência Social (ex. Programa Compra Direta).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Potencializar o Programa Compra Direta de Alimentos - PAA.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Articulação entre as políticas no âmbito municipal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ausência de motivação e responsabilidade;</li> <li>Precária articulação entre as políticas públicas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliar metas para desenvolvimento de ações com a comunidade;</li> <li>Garantir o direito e a Proteção Social por meio da intersectorialidade entre as políticas públicas.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Preenchimento do Relatório de Gestão, Plano Plurianual Municipal de Assistência Social, Demonstrativo Sintético Financeiro.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Insuficiência de recursos financeiros e humanos para manutenção dos dados atualizados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificar, sistematizar e produzir indicadores das situações de vulnerabilidade e risco social em âmbito municipal.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Conhecimento pela população dos serviços;</li> <li>Busca constante da população com relação aos seus direitos e</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de informações distorcidas sobre critérios de inclusão nos programas;</li> <li>Pouco esclarecimento da mídia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Publicizar os direitos, bem como os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais</li> <li>Criar Central de Informações.</li> </ul>

<p>ampliação da participação e controle social .</p>	<p>acerca dos critérios de inclusão e acesso aos serviços;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Insuficiência de recursos para publicização de direitos na esfera municipal.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação do CADÚNICO.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de campos específicos no CADÚNICO para colocar dados referentes a questão da saúde do usuário;</li> <li>• Insuficiência de equipe técnica capacitada para aplicabilidade do programa de cadastramento;</li> <li>• Indisponibilidade de tempo para equipe técnica implantar e implementar o programa de cadastramento dos usuários e das ações desenvolvidas;</li> <li>• Ausência de recursos humanos para alimentação dos dados no referido Cadastro Único.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alimentar dados no CADÚNICO para elaboração de diagnóstico social.</li> </ul>

AVANÇOS	EIXO: FINANCIAMENTO DIFICULDADES	DESAFIOS/PROPOSIÇÕES
---------	-------------------------------------	----------------------

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de regulamentação legal que obrigue a aplicação de percentual em atividades destinadas aos serviços socioassistenciais;</li> <li>• Falta de recursos financeiros no Fundo Municipal de Assistência Social;</li> <li>• Falta de autonomia na utilização dos recursos financeiros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar legislação federal com definição de percentual mínimo (5%) do orçamento da Seguridade Social no caso da União e do orçamento geral de Estados e Municípios para a política de assistência social;</li> <li>• Garantir recursos para os benefícios eventuais;</li> <li>• Garantir a continuidade de financiamento para os eixos de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Aprimoramento da Gestão nos exercícios financeiros e nas gestões posteriores;</li> <li>• Divulgar as normativas do SUAS para conselheiros, gestores e principalmente para Secretários de Finanças como forma de garantir a execução das ações de Proteção Social Básica e Especial;</li> <li>• Alocar recursos no Fundo Municipal de Assistência Social.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Disponibilização de recursos do IGD.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de recursos para programas de capacitação na área financeira.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Disponibilizar recursos para realizar diagnóstico contínuo das famílias usuárias da assistência social;</li> <li>• Destinar recursos para implantação de programas de capacitação, em especial na área financeira.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transição dos recursos da rede SAC para ações sócio-educativas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Baixa ampliação de metas;</li> <li>• Defasagem dos valores repassados;</li> <li>• Extensa demanda reprimida.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar os serviços de Proteção Social Básica com recursos compatíveis aos respectivos custos.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Repasse dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social ao Fundo Municipal de Assistência Social, com regularidade na</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Serviços sem alteração dos valores;</li> <li>• Ausência de repasse de recursos pelo Estado para o co-financiamento dos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar investimento do Governo do Estado do Paraná na política de assistência social e garantir o repasse fundo a fundo;</li> </ul>



<p>transferência pelo MDS.</p>	<p>serviços;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Transferência insuficiente de recursos do Fundo Estadual para o Fundo Municipal de Assistência Social nas ações de PSB e PSE;</li> <li>• Resistência e desconhecimento do gestor financeiro municipal em relação à lógica de financiamento do SUAS;</li> <li>• Continuidade de repasses para demandas carimbadas com investimento em entidades priorizando a questão clientelista.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Co-financiar serviços de proteção social especial pela demanda do município e não pelo porte.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecimento de instrumentos de controle financeiro para preenchimento pelos municípios;</li> <li>• Existência de reuniões para aprovação de instrumentos de controle de repasses de recursos federais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Limite de recursos destinados à proteção social básica nos municípios em gestão inicial;</li> <li>• Inexistência de diagnóstico impedindo a ação de monitoramento e avaliação;</li> <li>• Ausência de recursos financeiros para o trabalho de preparação de desligamento das dos programas federais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitar conselheiros, equipes técnicas e rede sobre financiamento e gerenciamento da política de assistência social;</li> <li>• Garantir a isenção das certidões negativas de débito para os municípios receberem recursos do Estado.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejamento da política de assistência social.</li> <li>• Expansão do Programa PETI e Agente Jovem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dificuldade de manutenção de programas existentes e de outros necessários para a efetiva execução da política de assistência social;</li> <li>• Demanda para aumento mínimo de 50% das metas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir a manutenção dos serviços e programas existentes e aos que serão implantados;</li> <li>• Garantir que os recursos do IGD do Programa Bolsa Família sejam administrados pelo gestor municipal e fiscalizados pelo CMAS;</li> <li>• Ampliar os recursos e corrigir o valor da Bolsa Cidadã dos programas PETI e Agente Jovem (Pró-Jovem).</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de conscientização da</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar campanha municipal de conscientização</li> </ul>

	<p>população em geral quanto a importância de arrecadação fiscal que gera financiamento dos serviços socioassistenciais;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desmobilização dos profissionais da área contábil para estabelecer parceria.</li> </ul>	<p>da população que solicite ao comércio local notas fiscais para aumentar a arrecadação do Município;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar campanhas para transferência de recursos do imposto de renda para entidades de assistência social ou Fundo Municipal.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentação de prestações de contas do FMAS nas reuniões do CMAS.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pouco conhecimento dos membros do CMAS em relação ao controle social do financiamento;</li> <li>• Fragilidade na execução do FMAS; e no funcionamento do CMAS;</li> <li>• Indisponibilidade de tempo para a participação nas reuniões.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Efetuar maior monitoramento do CMAS acerca dos recursos disponibilizados e gastos pelo FMAS.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Discussão e debates regionais sobre o financiamento da política de assistência social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Efetivação parcial do Fundo Estadual de Assistência Social e não execução mediante repasse fundo a fundo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Efetivar o Fundo Estadual de Assistência Social com vinculação de receitas e repasse de recursos fundo a fundo.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Discussão e a própria existência da NOB-SUAS que regula a lógica de financiamento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de efetivação da NOB/SUAS, e de previsão de suas propostas em Lei Municipal, Estadual e Federal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Utilizar os recursos financeiros de acordo com a necessidade dos serviços, considerando a lógica de financiamento definido na NOB/SUAS e promover a ampliação progressiva dos investimentos.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação dos CRAS.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aplicação inadequada dos recursos do PAIF.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir recurso financeiro para o funcionamento e manutenção do CRAS;</li> <li>• Realizar partilha de recursos para a implantação do CRAS de forma equitativa entre todos os Estados e Municípios.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Insuficiência de recursos para os serviços socioassistenciais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir recursos para os serviços de média e alta complexidade no atendimento a idosos e pessoas portadoras de deficiência.</li> </ul>

**EIXO: RECURSOS HUMANOS**

AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS/PROPOSIÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhoria dos serviços prestados com conseqüente ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Co-financiamento do Estado e da União insuficiente para a formação de quadro próprio de Recursos Humanos.</li> <li>Falta de recursos financeiros para capacitação dos profissionais da área.</li> <li>Pouca capacitação voltada aos profissionais na PSB e PSE;</li> <li>Frágil efetivação da política de assistência social com base na NOB/SUAS e NOB/RH.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliar o quadro técnico de profissionais da SETP (Escritórios Regionais e sede) para capacitação e supervisão técnica de acordo com a ampliação dos serviços;</li> <li>Capacitar conselheiros, trabalhadores e gestores quanto a NOB/SUAS e NOB/RH.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Aprovação da NOB/RH pelo CNAS;</li> <li>Planejamento e sistematização dos trabalhos realizados na política de assistência social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Inviabilização de concurso público (articulação executivo/legislativo) para a contratação de técnicos e outros trabalhadores da assistência social, com formação de quadro próprio;</li> <li>Indefinição no orçamento municipal de recursos mínimo para assistência social e viabilização de concurso público</li> <li>Frágil reconhecimento dos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliar a discussão e efetivar a NOB/RH, com realização de concurso público em todas as esferas de governo.</li> </ul>

	<p>poderes legislativo e executivo acerca da importância da NOB/RH.</p>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitações regionais realizadas pelo Estado e União para gestores, conselheiros, entidades prestadoras de serviços e trabalhadores da política de assistência social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de capacitação continuada dos trabalhadores da assistência social</li> <li>• Inexistência de unidades formadoras específicas em parceria com as demais esferas de governo (Estadual e Federal);</li> <li>• Faltam parcerias, recursos e comprometimento profissional;</li> <li>• Ausência de capacitação quanto à NOB/RH, para conselheiros e trabalhadores da política de assistência social (Instituições governamentais e não-governamentais);</li> <li>• Baixo reconhecimento por parte dos administradores públicos quanto à importância da capacitação permanente e continuada.</li> <li>• Insuficiência de equipe técnica competente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir capacitação permanente para técnicos, conselheiros, gestores e outros trabalhadores da assistência social, com envolvimento das Universidades Estaduais;</li> <li>• Instituir Escola permanente de capacitação;</li> <li>• Garantir capacitação intersetorial para o CMAS, CMDCA e Conselho Tutelar;</li> <li>• Promover o acesso à capacitação e atualização dos profissionais da política de Assistência Social.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Encontros regionais para discussão, divulgação da</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de pactos intergestores para o financiamento do trabalho</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar e implementar em todo o território a política de gestão de pessoal (recursos humanos);</li> </ul>

<p>NOB/RH.</p>	<p>na assistência social na implementação da política de gestão de recursos humanos;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de levantamento e diagnóstico quanto aos trabalhadores do SUAS;</li> <li>• Falta de recursos para implantar ou adequar Plano de Cargos, Carreira e Salários;</li> <li>• Ausência de avaliação de desempenho, com definição de metas de produtividade para posterior avaliação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instituir Plano de Carreira, Cargos e Salários e adequar os existentes ao SUAS;</li> <li>• Realizar concurso público para contratação de recursos humanos na assistência social;</li> <li>• Criar mecanismos de avaliação de desempenho e produtividade dos trabalhadores do SUAS para a garantia da qualidade do atendimento aos usuários, considerando a proporcionalidade entre o número de trabalhadores e usuários;</li> <li>• Organizar grupos permanentes de estudo entre técnicos, conselheiros do CMAS, CMDCA e Conselho Tutelar;</li> <li>• Criar estratégias de reconhecimento e valorização igualitária dos profissionais da área da assistência social;</li> <li>• Pactuar entre os gestores da assistência social adesão às diretrizes da NOB/RH.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de concurso público para contratação de técnicos (contratação de 20% dos municípios por meio de concurso).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Impedimento de abertura de novos concursos públicos decorrente do percentual estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal;</li> <li>• Falta de recursos, vontade política e ação intersetorial;</li> <li>• Inviabilização de recursos para a contratação de pessoal.</li> <li>• Impossibilidade da renovação do teste seletivo e da efetivação de outro formato de contratação;</li> <li>• Poucos profissionais de Serviço Social atuando nas Secretarias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar equipe técnica da assistência social, com profissionais da área jurídica e de educação, garantindo-se a eficácia e qualidade no atendimento ao usuário;</li> <li>• Contratar um profissional para a Secretaria Executiva do CMAS com nível superior e viabilizar uma equipe responsável pela gestão do FMAS.</li> </ul>

	Municipais de Assistência Social, com sobrecarga de funções devido a atuação em vários programas/projetos.	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Profissionalização da Assistência Social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Equipes técnicas insuficientes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contratação de equipe técnica multiprofissional específica para o CRAS, com co-financiamento do Estado e da União.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Execução de trabalho com voluntários.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conscientizar a população da importância do trabalho voluntário.</li> </ul>

### EIXO: CONTROLE SOCIAL

AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS/PROPOSIÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reestruturação do Fórum Regional de Assistência Social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de recursos financeiros e de participação dos municípios;</li> <li>• Pouco incentivo à participação da comunidade na discussão da política de assistência social;</li> <li>• Frágil mobilização da sociedade civil organizada, do legislativo e da própria comunidade para compreender e exigir a implementação da assistência social como política pública.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecer o Fórum Regional de Assistência Social;</li> <li>• Sensibilizar a comunidade e usuários sobre a importância da participação popular no processo de descentralização político administrativo e controle social.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorias no funcionamento da rede municipal, com planejamento das ações, interação e trabalho com equipe multiprofissional;</li> <li>• Atuação do CMAS no acompanhamento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Enfraquecimento do CMAS com a implantação de Comitês Gestores: Fome Zero, Leite das Crianças, Bolsa Família, Comissão do PETI;</li> <li>• Ausência de elaboração do diagnóstico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitar permanentemente o Conselho Municipal de Assistência Social no que se refere as suas atribuições e sobre o financiamento da política de assistência social;</li> <li>• Instituir em todos os municípios o Conselho dos</li> </ul>

<p>das deliberações referentes aos serviços, ao monitoramento/avaliação dos resultados e aplicabilidade de recursos.</p>	<p>social;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de recursos para pesquisas e diagnósticos;</li> <li>• Falta de capacitação de conselheiros e de conhecimento da NOB/SUAS e NOB/RH;</li> <li>• Pouca oferta de capacitação pela esfera estadual;</li> <li>• Falta de divulgação e conhecimento da política de assistência social;</li> <li>• Ausência de cumprimento de todas as exigências estabelecidas na NOB/SUAS;</li> <li>• Falta de equipamentos para que o Conselho desenvolva suas atividades;</li> <li>• Falta de entendimento dos instrumentos orçamentários e de financiamento;</li> <li>• Baixa conscientização dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social da importância na participação na elaboração e aprovação das leis;</li> <li>• Falta de conhecimento específico dos assuntos em pauta;</li> <li>• Indisponibilidade de tempo para participar das reuniões.</li> </ul>	<p>Direitos da Pessoa Idosa e o Conselho dos Direitos das Pessoas com Deficiência;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir o direito de todo o cidadão em participar do planejamento e avaliação da política de assistência social;</li> <li>• Realizar audiências públicas, com prestação de contas e viabilizar Fóruns de discussão sobre a política de assistência social;</li> <li>• Sensibilizar a população para levar ao Conselho as suas reivindicações;</li> <li>• Averiguar se os dados do relatório de gestão condizem com a realidade;</li> <li>• Criar uma Ouvidoria onde o cidadão possa exercer seu direito;</li> <li>• Garantir, na troca da gestão, a continuidade dos trabalhos planejados para a política de assistência social;</li> <li>• Ampliar a discussão com o Executivo, Legislativo e a sociedade civil organizada quanto à legislação vigente;</li> <li>• Estimular o CMAS a acompanhar a elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual do Município, para garantir recursos necessários para a execução da política deliberada.</li> </ul>
--	--	--

- |   |   |  |
|---|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"><li>• Realização periódica das Conferências garantindo espaço de discussão de todos os segmentos, e a apresentação das ações realizadas no Município.</li></ul> | <ul style="list-style-type: none"><li>• Necessidade de adequação dos temas propostos pelo CEAS ao cenário municipal e do CMAS;</li><li>• Pouco interesse e participação de toda a rede socioassistencial;</li><li>• Falta de conhecimento pela população dos direitos sociais;</li><li>• Pouco envolvimento e comprometimento da comunidade local, da população e do Conselho Municipal quanto à participação nas Conferências;</li><li>• Equipe insuficiente para realizar as pré-conferências e prazo reduzido para conhecimento do tema.</li></ul> | <ul style="list-style-type: none"><li>• Estimular a participação dos usuários nas Conferências de Assistência Social;</li><li>• Garantir a participação popular no processo de descentralização político-administrativa da política de assistência social;</li><li>• Realizar pré-conferências para que os participantes venham com maior embasamento sobre os assuntos a serem discutidos;</li><li>• Viabilizar a prestação de contas dos recursos financeiros gastos na política de assistência social;</li><li>• Implementar as propostas aprovadas nas Conferências.</li></ul> |
|---|---|--|



<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência dos Conselhos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pouca participação dos conselheiros nas reuniões, principalmente os governamentais, e da população nas reuniões, palestras, debates e elaboração de orçamento;</li> <li>Pouca articulação do Conselho e órgão gestor para a implantação da política de assistência social;</li> <li>Falta de conscientização do gestor sobre as atribuições e importância do Conselho;</li> <li>Falta de informação sobre a utilização de todos os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social;</li> <li>Pouco entendimento dos conselheiros sobre suas atribuições;</li> <li>Muitas intervenções político-partidárias nas decisões do Conselho;</li> <li>Falta de recursos financeiros e humanos;</li> <li>Dificuldade em entender a política de assistência social enquanto política pública e não como troca de favores.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criar espaço de participação da população nos Conselhos Municipais para discussão da política de assistência social;</li> <li>Alterar as leis municipais de criação dos Conselhos de acordo com as normas vigentes do SUAS;</li> <li>Fiscalizar os recursos financeiros gastos com a política de assistência social;</li> <li>Criar central do Conselho;</li> <li>Disponibilizar recursos financeiros para os Conselhos Municipais;</li> <li>Criar a Secretaria Executiva do Conselho em todos os municípios;</li> <li>Garantir maior representatividade dos usuários nos Conselhos Municipais, Estaduais e Federal de Assistência Social;</li> <li>Orientar grupos sobre a importância da Associação dos Moradores nos bairros;</li> <li>Informatizar os Conselhos Municipais, Estaduais e Federal para que haja maior interação entre os mesmos.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Reconhecimento, acompanhamento e cadastro de programas e entidades socioassistenciais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Precário reordenamento da rede prestadora de serviços de acordo com a Política Nacional de Assistência Social e NOB/SUAS;</li> <li>Falta de monitoramento e avaliação das ações e das entidades;</li> <li>Dificuldade em cadastrar todas as entidades do município.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar cadastro e fiscalização das ações das Entidades de Assistência Social.</li> </ul>

• Trabalho em conjunto com outros setores como o Conselho Tutelar, Educação, Saúde, Habitação.	• Alguns setores trabalham isolados, não existindo trabalho em conjunto.	• Trabalhar em conjunto com as demais políticas setoriais e de defesa de direitos e com seus respectivos conselhos.
--	--	---

**1. Nos últimos 02 (dois) anos de implementação do SUAS, esses foram os principais avanços, dificuldades e desafios para a gestão do SUAS nos municípios desse porte:**

**NÚMERO DE MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE II: 52**

**EIXO: GESTÃO DO SUAS**

<b>AVANÇOS</b>	<b>DIFICULDADES</b>	<b>DESAFIOS/PROPOSIÇÕES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação do SUAS na esfera municipal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desconhecimento da política de assistência social por parte dos usuários, falta de reconhecimento da política de assistência social pelos governantes;</li> <li>• Prestação de programas, projetos e serviços de forma focal e sobreposta;</li> <li>• Desconhecimento das políticas públicas por parte dos usuários e governantes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir o direito a proteção social por meio da intersetorialidade e do co-financiamento das políticas públicas;</li> <li>• Implantar a NOB de Serviços Socioassistenciais;</li> <li>• Realizar diagnóstico sócio-econômicos no município apontando as áreas de vulnerabilidade para as propostas de intervenção;</li> <li>• Efetuar habilitação nos níveis de gestão básica ou plena com adesão ao SUAS;</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Potencializar os serviços da rede de proteção social (básica e especial);</li> <li>• Elaborar Plano de Inserção dos usuários da assistência social;</li> <li>• Mapear os serviços oferecidos pela rede e definir infra-estrutura adequada para execução das ações da assistência social;</li> <li>• Respeitar com fidedignidade as determinações e decisões da CIT/CIB obedecendo a NOB/SUAS, prazos e demais deliberações;</li> <li>• Ampliar a oferta de programas de transferência de renda junto a instância federal.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Início do processo de regulamentação dos benefícios eventuais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de recursos financeiros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir o co-financiamento do Governo Federal e Estadual para os benefícios eventuais;</li> <li>• Regular e co-financiar os benefícios eventuais de auxílio funeral e natalidade.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação e funcionamento de CRAS, viabilização de infra-estrutura.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de recursos humanos e financeiros;</li> <li>• Espaço físico inadequado para funcionamento do CRAS;</li> <li>• Precariedade na manutenção do CRAS com recursos próprios;</li> <li>• Ausência de ampliação da equipe técnica;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar o planejamento municipal prevendo a implantação dos CRAS e contratação de pessoal;</li> <li>• Ampliar a equipe técnica do CRAS, para maior e melhor cobertura de serviços para as famílias mais vulnerabilizadas do município;</li> <li>• Atender os critérios estabelecidos pela Política Nacional de Assistência Social, NOB/SUAS e</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atualização dos valores repassados pelo PAIF/CRAS;</li> <li>• Falta de condições para atender os critérios de instalação de CRAS quanto a localização e separação do gestor municipal de assistência social e de outros serviços, programas e projetos.</li> </ul>	<p>NOB-RH/SUAS;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar capacitação permanente dos conselheiros da assistência social;</li> <li>• Reordenar a rede socioassistencial;</li> <li>• Identificar as pessoas em situação de risco social nas áreas do CRAS, garantindo o acompanhamento socioassistencial;</li> <li>• Monitorar a comunidade local para realizar o diagnóstico social, observando os resultados obtidos com as ações realizadas e os pontos que ainda devem ser atendidos.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação do Programa Compra Direta de Alimentos;</li> <li>• Realização de cursos de capacitação e de aproveitamento e preparo da alimentação familiar para produtores vinculados ao Programa Compra Direta de Alimentos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Excesso de burocracia para acesso ao Programa Compra Direta de Alimentos;</li> <li>• Exclusão dos conselhos da assistência no controle do Programa Compra Direta e do Programa do Leite (em substituição dos comitês gestores) e, não repasse dos recursos de fundo a fundo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar o direito à uma alimentação com qualidade e em quantidade suficiente</li> <li>• Potencializar o Programa Compra Direta de Alimentos e articular com a política de assistência social;</li> <li>• Implantar projetos de geração de trabalho e renda, visando a autonomia e protagonismo das famílias.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgação dos serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Insegurança na manutenção dos serviços programas e projetos;</li> <li>• Baixa socialização das informações para a população</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar os projetos de proteção social básica;</li> <li>• Garantir o direito de proteção social básica e especial.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação do programa de atendimento a 370 famílias com crianças</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Baixa adesão e permanência das famílias no programa;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Potencializar o programa socioassistencial à família com crianças de 0 a 6 anos.</li> </ul>

de 0 à 6 anos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de flexibilidade na aplicação de recursos financeiros do MDS para pagamento de monitor de atividades de capacitação e artes;</li> <li>Falta de profissionais assistentes sociais e psicólogos no atendimento de intervenção técnica com as famílias.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliação do Bolsa Família, com cobertura de atendimento a 95% da demanda Bolsa Família;</li> <li>Exclusão de 100% dos casos indevidos identificados no PBF.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Extrema demanda reprimida;</li> <li>Ausência de realização das visitas domiciliares; em especial no setor rural;</li> <li>Não disponibilização de servidores municipais e de técnicos para atendimento da demanda.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliar os recursos IGD;</li> <li>Ampliar o número de beneficiários do Programa Bolsa Família.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de três feiras anuais de assistência social, com participação de diferentes segmentos sociais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Baixa sensibilização dos usuários e dirigentes para a participação no evento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar feira municipal de assistência social.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação do Centro de Atendimento a Mulher garantindo a não violação de seus direitos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Equipe técnica insuficiente;</li> <li>Ausência de rede de contra referencia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantação de Centros Especializados de Atendimento à Mulher em Situação de Violência e de Casas Abrigo em todas as regiões do Estado.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantação de barracão, reciclagem e ampliação do programa Horta Comunitária</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de co-financiamento para construção e de equipamentos</li> <li>Baixa conscientização da importância da participação das famílias;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantar/ampliar/manter programas de geração de renda e enfrentamento a pobreza (Bolsa Família/BPC/PETI);</li> <li>Realizar diagnóstico através do CadÚnico.</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação do serviço de atendimento para adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativa de Liberdade Assistida e PSC.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Precária articulação com as empresas.</li> <li>• Ampliação de vagas nos serviços existentes por meio de recursos próprios</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Viabilizar parcerias com municípios da região para o atendimento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação de Casa Lar para adolescentes dos sexos masculino e feminino.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Utilização inadequada dados estatísticos, indicadores sociais e ferramentas disponíveis na Internet nos site mencionados (MDS,IPARDES,IBGE e outros).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Revisar os instrumentos de gestão de forma que retrate de maneira mais clara a realidade dos municípios, a fim de que seja um instrumento melhor utilizado.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecimento das demandas municipais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Baixa conscientização da população acerca da necessidade de denunciar os casos de exploração e abuso sexual infantil para recolhimento de dados oficiais a respeito da problemática.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar serviço específico para atendimento de abuso e exploração sexual infanto-juvenil e outras formas de violência que atingem a população em situação de risco.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de profissionais e recursos financeiros limitados para implantação de serviços na área rural.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Articular, sindicatos, secretarias de agricultura, SENAR, EMATER e associações municipais para planejar políticas públicas na área rural.</li> </ul>

**EIXO: FINANCIAMENTO**

<b>AVANÇOS</b>	<b>DIFICULDADES</b>	<b>DESAFIOS/PROPOSIÇÕES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atendimento das deliberações da Conferência de Assistência Social de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instabilidade na execução do orçamento, insuficiência de recursos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Efetivar percentual mínimo do orçamento para a política de assistência social, nas 3 esferas de</li> </ul>

2005.	<p>financeiros, desinteresse, falta de comprometimento dos executores do orçamento;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Demora no repasse dos recursos para os programas já existentes, bem como para as entidades da rede socioassistencial.</li> </ul>	<p>governo;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Definir com objetividade as competências da União, Estados e Municípios no financiamento dos serviços socioassistenciais;</li> <li>• Desburocratizar o sistema de repasse de recursos para os Fundos Municipais, bem como fazer repasse para as ONGs legalmente constituídas.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Discussões sobre o SUAS.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Baixa conscientização de que a assistência social é uma política pública e requer serviços e recursos para atendimento das demandas de forma continuada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecer vinculação de receitas e orçamento fixo, nas três esferas de governo, para a política de assistência social.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manutenção dos recursos da educação infantil para as ações sócio-educativas de apoio às famílias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Insuficiência no repasse de informações a respeito da mudança de modalidade, no recebimento da rede SAC, para que o município continuasse a receber o recurso.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manter o recurso destinado para o co-financiamento da educação infantil na prestação dos serviços socioassistenciais.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Co-financiamento destinado aos municípios habilitados em gestão plena.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fragilidade na formação de grupos de inclusão produtiva e ausência de co-financiamento para todos os municípios habilitados em gestão básica e inicial.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar a cobertura do co-financiamento de projetos de inclusão produtiva, contemplando os municípios em todos os níveis de gestão.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Disponibilização de recursos para a implantação de serviços regionais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indefinição de percentual mínimo de investimento nas 3 esferas de governo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar percentual mínimo de 5% na dotação orçamentária das 3 esferas de governo para o financiamento da política de assistência social.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Insuficiência de recursos para a construção ou adequação dos espaços físicos para implantação dos CRAS.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Destinar recursos financeiros das 3 esferas de governo para construção ou adequação e manutenção dos CRAS.</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>Expansão do programa PETI e Agente Jovem</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Insuficiência da cobertura dos Programas PETI e Agente Jovem.</li> <li>Ausência de investimentos financeiros no atendimento de programas regionalizados;</li> <li>Inexistência de consórcios intermunicipais para a prestação de serviços de proteção social especial.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliar as metas e corrigir o valor da Bolsa Cidadã do Programa PETI e Agente Jovem.</li> <li>Co-financiar consórcios intermunicipais para prestação de serviços de proteção social especial, prioritariamente os de referência regional.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Acesso às informações referentes ao orçamento municipal, ao demonstrativo financeiro e ao IGD.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Insuficiência de recursos financeiros e/ou inexistência de percentual na LOA para investimento e manutenção das ações na política de assistência social;</li> <li>Dificuldade na compreensão da questão orçamentária;</li> <li>Ausência de inserção nos orçamentos 2008/2009 das deliberações a curto prazo aprovadas nas Conferências;</li> <li>Indisponibilidade financeira para capacitação de servidores da assistência social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliar a participação federal e estadual no co-financiamento das ações desenvolvidas na política de assistência social.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Alocação e aumento de recursos no Fundo Municipal de Assistência Social</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ausência de planejamento orçamentário e financeiro para as ações pertinentes à assistência social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Destinar recursos aos Fundos Municipais, com ampliação progressiva do orçamento da assistência social e implantação de serviços regionais.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Necessidade de ampliar a implantação/implementação de projetos e programas na área da criança e do adolescente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pleitear junto ao Governo Estadual a isenção da exigência de CND para repasse de recursos pela SECJ e pelo CEDCA/FIA.</li> </ul>



**EIXO: RECURSOS HUMANOS**

<b>AVANÇOS</b>	<b>DIFICULDADES</b>	<b>DESAFIOS/PROPOSIÇÕES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Divulgação da rede de atendimento e aumento do número de famílias atendidas nos diversos segmentos tendo como referência os profissionais do CRAS.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não reconhecimento e participação da assistência social pelos governantes e usuários;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Envolver as Universidades em geral na discussão e implementação da política de assistência social</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Aprovação NOB/ RH.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Recursos escassos dos municípios para efetivar a NOB-RH/SUAS;</li> <li>Impossibilidade de realização de concurso específico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantar a política de recursos humanos para os profissionais da rede de assistência social;</li> <li>Realizar eventos informativos a prefeitos e gestores sobre a NOB/RH/SUAS;</li> <li>Efetivar dos trabalhadores da política de assistência social através de concurso público;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantação do CRAS / equipe técnica e agentes de apoio (profissionais de nível médio).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ausência de profissionais efetivos nos quadros públicos garantindo a continuidade e qualidade das ações;</li> <li>Equipes técnicas e multidisciplinares insuficientes;</li> <li>Grande número de profissionais contratados pela modalidade de cargos comissionados;</li> <li>Escassos recursos financeiros para parcerias;</li> <li>Estrutura física inadequada;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliar quadro de funcionários do município, dotando-a de boas condições de trabalho e com plano de cargos e salários;</li> <li>Realizar avaliação psicológica com análise do perfil do candidato para a efetivação da contratação;</li> <li>Valorizar os profissionais e os setores de atendimento da assistência social;</li> <li>Contratar equipe técnica multiprofissional, bem como agentes de apoio, específica para o CRAS, conforme orientação do SUAS, com co-financiamento do Estado e da União;</li> <li>Qualificar os profissionais, através de cursos, de acordo com a necessidade do município;</li> <li>Construir novos espaços físicos; adquirir equipamentos e</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pessoal não qualificado;</li> <li>• Ausência de recursos para capacitação pelos governos federal e estadual.</li> </ul>	<p>materiais; revitalização do espaço existente, utilizar os espaços físicos e comunitários</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Instalar espaços acolhedores no CRAS;</li> <li>• Implantar do CADSUAS.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sensibilização dos profissionais sobre o SUAS.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Baixa informação e participação da sociedade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitar e Supervisionar os recursos humanos do departamento de assistência social e rede, conforme o SUAS e com o devido controle do gestor municipal</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitação desenvolvida pelo Estado e pela União para coordenadores e técnicos do CRAS.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Precária sensibilização e conscientização dos administradores públicos com relação a importância da capacitação permanente, e da participação dos técnicos, bem como sobre a Política Nacional de Assistência Social, a NOB/SUAS, a NOB/RH/SUAS e suas mudanças no contexto político</li> <li>• A área administrativa municipal não tem plena informação sobre a necessidade e a garantia de funcionários públicos suficientes para a Secretaria do Órgão Gestor</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitar permanentemente os gestores, conselheiros e técnicos da rede sócio-assistencial de acordo com as novas demandas apresentadas pelo SUAS;</li> <li>• Capacitar os funcionários de órgãos estaduais para que os mesmos forneçam apoio técnico aos municípios.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Financiamento para cursos de carga horária curta e participação de alguns técnicos em seminários promovidos pelo governo estadual</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de financiamento para especializações dos técnicos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manter profissionais qualificados na área e aperfeiçoar o atendimento através de treinamento dos funcionários</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Previsão no PPA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pouca participação nas entidades, nos conselhos, na fiscalização da prestação de contas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar oficinas sobre gestão financeira</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Equipe PAIF/ CRAS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indefinição de papéis e atribuições das equipes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar equipe responsável pelo monitoramento e avaliação do BPC</li> </ul>

### EIXO: CONTROLE SOCIAL

AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS/PROPOSIÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de Conferências Municipais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecimento de ações que permitam a realização da conferência municipal com mais tranquilidade;</li> <li>• Maior subsídio de informações para a realização das conferências.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar pré-conferências com as entidades, gestores, trabalhadores, usuários, conselheiros e com a sociedade civil em geral.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria de funcionamento da rede municipal com a atuação do CMAS no acompanhamento e deliberações referentes aos serviços, ao monitoramento/avaliação dos resultados das ações e da aplicabilidade dos recursos;</li> <li>• Avanços na cobertura de atendimento à população alvo pela rede socioassistencial.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Enfraquecimento do CMAS com implantação dos Comitês Gestores, como: Fome Zero, Leite da Crianças, Bolsa Família, etc;</li> <li>• Inexistência de recursos para pesquisas e diagnósticos;</li> <li>• Inexistência de capacitação dos conselheiros;</li> <li>• Pouco conhecimento dos conselheiros sobre a política de assistência social, sobre a NOB-SUAS e a NOB/RH;</li> <li>• Desconhecimento do Conselho acerca das ações e serviços</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Possibilitar a atuação efetiva do CMAS;</li> <li>• Implantar e mapear a rede municipal;</li> <li>• Elaborar diagnóstico social;</li> <li>• Articular com os atores afins a conscientização da comunidade em geral garantindo a acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência.</li> </ul>

	<p>realizados por entidades e movimentos não registrados nos CMAS, com utilização de recursos públicos;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desconhecimento das ONGs sobre a política nacional de assistência social, a NOB-SUAS e a NOB/RH;</li> <li>• Linguagem técnica na divulgação do orçamento, dificultando o entendimento da população.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de cadastro das entidades sociais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização precária de monitoramento e avaliação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar de forma sistemática, organizada e eficiente o cadastro e a fiscalização das entidades socioassistenciais.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Palestras informativas, seminários e informes periódicos sobre as ações da política de assistência social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Insuficiência de profissionais para o desenvolvimento das ações.</li> <li>• Desorganização/desarticulação entre os setores envolvidos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar o acesso à informação adequada, a publicação e ao cumprimento dos direitos socioassistenciais;</li> <li>• Implantar efetivamente o Estatuto do Idoso e o Programa Bolsa Família;</li> <li>• Desmistificar a visão assistencialista das políticas públicas junto aos usuários e gestores;</li> <li>• Realizar grupos de estudos regionais e palestras informativas;</li> <li>• Orientar a comunidade, através de discussões ampliadas, sobre a importância do orçamento participativo.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relatórios de monitoramento e</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inexistência de banco de dados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Articular as ações da política de assistência</li> </ul>

planos municipais.	<p>específico;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desconhecimento da população acerca das ações pertinentes aos Conselhos Municipais.</li> </ul>	social com as demais políticas setoriais e de defesa de direitos.
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação de informações sobre os Conselhos Municipais no site dos municípios;</li> <li>• Transparência no repasse de recursos do fundo nacional para os fundos municipais e acesso às informações via sistema SUAS-Web.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Precária manutenção e atualização das informações no site municipal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atualizar os dados e informações referentes à política de assistência social;</li> <li>• Dar maior visibilidade às ações do Conselho.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Funcionamento dos Conselhos Municipais implantados e efetiva participação dos conselheiros nas reuniões dos CMAS e na análise dos assuntos pertinentes à área.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recursos insuficientes para o desenvolvimento das ações do Conselho;</li> <li>• Insuficiente capacitação dos conselheiros quanto às suas atribuições e quanto ao conhecimento da política de assistência social;</li> <li>• Pouca sensibilização dos conselheiros para participarem das capacitações;</li> <li>• Ausência de tempo para participar das reuniões mensais do CMAS;</li> <li>• Falta de conhecimento por parte da população sobre as atribuições e papel do Conselho.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar capacitação continuada dos conselheiros;</li> <li>• Estimular a participação do usuário e do segmento governamental nas reuniões dos Conselhos;</li> <li>• Garantir na composição dos Conselhos, nas 3 esferas de governo, maior representatividade do usuário;</li> <li>• Acompanhar efetivamente as ações realizadas pelos prestadores de serviços, tanto governamental quanto não governamental;</li> <li>• Mobilizar as bases representativas da sociedade civil;</li> <li>• Implantar comissão local para discussão e desenvolvimento de ações entre os Conselhos Municipais (CMAS, CMDCA,</li> </ul>

		<p>CMS, e outros);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar reuniões ampliadas entre os diversos Conselhos (Assistência Social, Criança e Adolescente, Idoso);</li> <li>• Realizar reuniões semanais para discussão e aprovação das deliberações do Conselho.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliação dos espaços de participação e mobilização.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pouca participação da sociedade civil no controle social e na composição dos Conselhos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivar o fortalecimento dos Conselhos Municipais e Estaduais e da gestão da política de assistência social;</li> <li>• Mobilizar a sociedade para participar efetivamente do CMAS e dos demais espaços de decisão (Conferências e Fóruns).</li> </ul>

**1. Nos últimos 02 (dois) anos de implementação do SUAS, esses foram os principais avanços, dificuldades e desafios para a gestão do SUAS nos municípios desse porte:**

**NÚMERO DE MUNICÍPIOS MÉDIO PORTE, GRANDE PORTE E METRÓPOLE: 30**

**EIXO: GESTÃO DO SUAS**

<b>AVANÇOS</b>	<b>DIFICULDADES</b>	<b>DESAFIOS/PROPOSIÇÕES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de projetos intersetoriais, na área da saúde, trabalho, e outros;</li> <li>• Interlocação das entidades da rede de serviços socioassistenciais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Necessidade de uma unidade de informação sobre a rede socioassistencial;</li> <li>• Precária mobilização das organizações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover ações de intersetorialidade entre as diversas políticas públicas, poder judiciário, legislativo, ministério público, conselhos e rede local;</li> </ul>

	não-governamentais e entidades que prestam serviços socioassistenciais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar e divulgar os atendimentos da rede socioassistencial;</li> <li>• Criar e efetivar a rede de atendimento de PSB e PSE.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação de CRAS.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Insuficiente e precária estrutura física;</li> <li>• Insuficiência de recursos humanos para composição da equipe multidisciplinar;</li> <li>• Precário diagnóstico das áreas de vulnerabilidade social;</li> <li>• Excesso de exigências e despreparo para habilitação pela CIB;</li> <li>• Precariedade de sistema de informação, monitoramento e avaliação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar CRAS em todos os municípios;</li> <li>• Descentralizar e territorializar o atendimento do CRAS;</li> <li>• Contratar equipe técnica multidisciplinar através de concurso público;</li> <li>• Capacitar os profissionais para atendimento;</li> <li>• Solicitar co-financiamento estadual e federal para a implantação e implementação dos CRAS, independente do IDHM;</li> <li>• Implantar a NOB de serviços de forma efetiva e eficaz;</li> <li>• Elaborar diagnóstico social;</li> <li>• Elaborar materiais informativos para divulgação dos direitos e dos serviços socioassistenciais.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de recursos próprios e de co-financiamento;</li> <li>• Insuficiente estruturação das equipes técnicas para atuar no CREAS;</li> <li>• Excesso de exigências e despreparo para habilitação pela CIB;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar CREAS, em nível municipal, com o apoio do governo estadual e federal;</li> <li>• Implantar, implementar e manter programas de proteção especial de média e alta complexidade;</li> <li>• Solicitar co-financiamento do governo federal e estadual para aprimoramento dos serviços;</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação do Conselho do Idoso.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de atendimento de idosos na modalidade família acolhedora e casa lar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar albergues nos municípios.</li> <li>• Atender os idosos em situação de risco pessoal e social durante o dia;</li> <li>• Implantar instituição de longa permanência para idosos.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Co-financiamento do governo federal/PAIF.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pouca participação efetiva das famílias;</li> <li>• Poucos projetos com centralidade na família.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Efetivar programas e projetos que fortaleçam os vínculos familiares;</li> <li>• Implantar atendimento para idosos nas modalidades família acolhedora e casa-lar;</li> <li>• Realizar reuniões intersetoriais para divulgar a importância de trabalhar de forma integrada com centralidade na família.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Integração do PETI com outros atendimentos sócio-educativos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dificuldades na implementação do PETI nos municípios;</li> <li>• Precariedade do espaço físico ou ausência de sede própria;</li> <li>• Insuficiência de profissionais para atendimento e acompanhamento;</li> <li>• Dificuldade de implantar o programa de semi-liberdade de forma descentralizada nos municípios.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Solicitar o apoio do CMAS e do CMDCA;</li> <li>• Disponibilizar espaço físico;</li> <li>• Contratar profissionais;</li> <li>• Criar projetos para solicitar recursos junto ao FIA e MDS;</li> <li>• Implantar o PETI em todos os municípios que apresentem demanda.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de orçamento e políticas específicas para a Juventude, visando a inserção no mercado de trabalho, lazer, cultura e esporte.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar a oferta de programas de profissionalização e inserção no mercado de trabalho para jovens;</li> <li>• Implantar políticas específicas para juventude</li> </ul>



		com orçamento assegurado.
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação do Programa Família Acolhedora;</li> <li>• Atendimento dos abrigos de proteção especial de acordo com o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária.</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Captar recursos financeiros;</li> <li>• Capacitar a equipe técnica e as famílias;</li> <li>• Divulgar o programa nos meios de comunicação em geral;</li> <li>• Implantar o Programa Família Acolhedora;</li> <li>• Reordenar o atendimento dos abrigos de acordo com o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Precária regulamentação na concessão dos benefícios eventuais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Regular os benefícios eventuais.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de programas de atendimento à mulher, criança e adolescente, vítimas de violência;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de recursos;</li> <li>• Pouca integração com o Poder Judiciário, Ministério Público e Serviço de Auxiliar a Infância (SAI).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Solicitar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente o apoio à implantação dos programas;</li> <li>• Atender a criança e adolescente em situação de risco;</li> <li>• Implantar programa de família acolhedora para crianças, adolescentes e pessoas com deficiência.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de um órgão municipal que trate da política de habitação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Insuficiência de programas habitacionais para atender os usuários da Assistência Social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Discutir com a política de habitação a garantia de moradia acessível.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cadastro Único do governo federal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pouca rotatividade dos usuários;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar banco de dados com cadastro único para a rede prestadora de serviços;</li> <li>• Alocar no órgão gestor da assistência social a</li> </ul>

		execução do Cadastro Único e programas vinculados;
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Centralidade na família.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dificuldade para romper com a cultura clientelista/assistencialista.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar as ações sócio-educativas com as famílias em situação de vulnerabilidade social tais como: grupos de trabalho e capacitação profissional.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliação/ readequação do número de atendimentos do Programa Reabilitação na Comunidade;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de condições para contratação de profissionais exclusivos para o atendimento do programa;</li> <li>• Precariedade no funcionamento do programa de forma adequada;</li> <li>• Indisponibilidade em firmar parceria com a política de saúde;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Captar recursos financeiros para manutenção do programa de reabilitação na comunidade;</li> <li>• Promover campanhas para divulgação do programa.</li> </ul>

**EIXO: FINANCIAMENTO**

<b>AVANÇOS</b>	<b>DIFICULDADES</b>	<b>DESAFIOS/PROPOSIÇÕES</b>
1) Co-financiamento do governo federal em programas como PAIF.	2) Continuidade de repasse de recursos financeiros.	3) Desburocratizar o sistema de repasse de verbas, e agilizar o repasse para as ONGs legalmente constituídas.
	4) Centralização das informações financeiras por parte do Poder Executivo.	5) Garantir que a aplicação do recurso do orçamento do município destinado ao FMAS (PPA/LDO/LOA) seja aprovado pelo CMAS.
6) Co-financiamento do governo federal e municipal.	7) Instabilidade na execução do orçamento, insuficiência de recursos financeiros, desinteresse, das entidades governamentais e não	8) Efetivar gradativamente percentual mínimo de 3,8 %, 4,0 %, 5 % e 8% do orçamento municipal para a política de assistência social; 9) Definir claramente as competências de

	governamentais em discutir o planejamento orçamentário e o plano diretor do município.	financiamento da União, Estados e Municípios; 10)Garantir no Plano Diretor do município previsão de diretrizes e recursos para financiamento da estrutura física e para aquisição de equipamentos destinados ao atendimento socioassistencial.
11)Link específico para serviços da assistência social.	12)Indisponibilização de relatórios financeiros.	13)Criar portal via net oportunizando o acompanhamento da execução financeira dos serviços socioassistenciais com linguagem acessível.
<ul style="list-style-type: none"> <li>Projeto de Lei Estadual que define vinculação de receitas ao FEAS.</li> </ul>	14)Indefinição de percentual mínimo destinado à política de assistência social.	15)Regulamentar o co-financiamento do Estado aos municípios determinando o percentual mínimo para a manutenção dos serviços assistenciais. 16)Efetivar percentual mínimo do orçamento municipal para assistência social, com definição de custo médio dos serviços socioassistenciais; 17)Aprovar projeto de Lei Estadual que destina receitas de taxas e impostos para o FEAS.
18)Aumento do piso para cada nível de complexidade.	19)Recursos insuficientes para o co-financiamento das entidades de assistência social.	20)Aumentar o valor dos pisos de proteção social e especial.
21)Manutenção dos recursos da educação infantil através de ações sócio-educativas de apoio às famílias.	22)Pouca informação a respeito da mudança de modalidade no recebimento da rede SAC para que o município continuasse a receber o	23)Manter o financiamento da educação infantil para a assistência social.

	repassa.	
24) Financiamento para municípios habilitados em gestão plena.	25) Baixa formação dos grupos de inclusão produtiva; 26) Ausência de financiamento para todos os municípios habilitados em gestão básica e inicial.	27) Financiar projetos de inclusão produtiva em todos os municípios.
28) Liberação de recursos para a implantação de serviços regionais	29) Indefinição de percentual mínimo de investimento nas 3 esferas de governo.	30) Assegurar percentual mínimo de 5% na dotação orçamentária das 3 esferas de governo para o financiamento da política de assistência social.
	31) Ausência de sede/estrutura física para o funcionamento do CRAS.	32) Destinar recursos financeiros das 3 esferas de governo para construção e manutenção dos CRAS.
33) Expansão dos programas PETI e Agente Jovem.	34) Necessidade de aumento em 50% das metas de atendimento dos programas PETI e Agente Jovem.	35) Ampliar as metas e corrigir o valor da Bolsa Cidadã dos programas PETI e Agente Jovem.
36)	37) Não houve investimentos financeiros no atendimento de programas regionalizados e efetivação de consórcio entre grupos de municípios.	38) Co-financiar ações regionalizadas e em modalidade de consórcios para os serviços de PSE, atendendo rede de municípios.
39) Acesso às informações referentes ao orçamento municipal, ao demonstrativo financeiro e ao recurso do IGD.	40) Insuficiência de recursos financeiros; 41) Inexistência de percentual na LOA para investimento e manutenção das ações de assistência social; 42) Complexidade da temática orçamento dificultando a compreensão da matéria; 43) Falta de garantia de que as deliberações aprovadas nas	45) Maior participação federal e estadual no co-financiamento das ações.

	Conferências a curto prazo sejam incluídas nos orçamentos de 2008 e 2009; 44) Indisponibilidade financeira para capacitação de servidores da assistência social.	
46) Alocação de recursos no Fundo Municipal de Assistência Social.	47) Ausência de planejamento orçamentário e financeiro para as ações pertinentes à política de assistência social.	48) Destinar recursos aos Fundos Municipais de Assistência Social.
49) Criação da Frente Parlamentar Federal em Defesa do SUAS.	50) Ausência de representatividade dos parlamentares paranaenses.	51) Mobilizar os parlamentares federais do Estado do Paraná para participação na Frente Parlamentar Federal em Defesa do SUAS.
52) Tramitação de Projeto de Emenda Constitucional - PEC nº 431/2001 já aprovada nas diversas comissões.	53) Morosidade na aprovação da PEC nº 431/2001.	54) Promover a sensibilização dos parlamentares, gestores, conselheiros e sociedade civil para aprovação da PEC nº 431/2001.
55) Definição da demanda socioassistencial.	56) Ausência de recursos financeiros para atendimento da demanda levantada.	57) Expandir os recursos financeiros federais para ampliação dos CRAS e do Programa de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de crianças e adolescentes.
	58) Ausência de garantia de inclusão automática no BPC de idoso que completar 60 anos de idade e comprovar renda mínima de 1/4 do salário mínimo.	59) Garantir a inclusão no BPC de idoso a partir de 60 anos e elevar o critério de renda per capita de 1/4 para 1/2 salário mínimo.
60) Aumento do recurso no Fundo	61) Recursos financeiros insuficientes.	62) Assegurar destinação progressiva do



**SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO EMPREGO E PROMOÇÃO SOCIAL**

**Núcleo de Coordenação Estadual da Política de Assistência Social**



Municipal de Assistência Social.		orçamento para a política de assistência social no âmbito federal, estadual e municipal.
----------------------------------	--	--

**EIXO: RECURSOS HUMANOS**

AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS/PROPOSIÇÕES
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grande número de municípios a serem atendidos pelos técnicos dos escritórios regionais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reestruturar, através de concurso público, o quadro técnico dos Escritórios Regionais.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de algumas capacitações.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ausência de garantia de financiamento contínuo para capacitação permanente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Garantir capacitação continuada ao quadro funcional das secretarias envolvidas com a política de assistência social, bem como para os conselheiros do CMAS/CMDCA/CT e outros.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Aprovação da NOB/ RH.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Baixa efetivação da NOB/ RH;</li> <li>Recursos escassos dos municípios;</li> <li>Ausência de concurso específico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Efetivar a política de recursos humanos para os profissionais da rede de assistência social;</li> <li>Realizar eventos informativos a prefeitos e gestores sobre a NOB/RH;</li> <li>Promover a efetivação dos trabalhadores da política de assistência social através de concurso público.</li> <li>Elaborar Plano de Carreira, Cargos e Salários conforme prevê a NOB/RH.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantação do CRAS/CREAS / equipe técnica e agentes de apoio (profissionais de nível médio).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de profissionais efetivos nos quadros públicos garantindo a continuidade e qualidade das ações;</li> <li>Equipes técnicas insuficientes;</li> <li>Grande número de profissionais contratados pela modalidade de cargos comissionados;</li> <li>Impossibilidade de contratação de equipe multidisciplinar;</li> <li>Falta de recursos financeiros e parcerias;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliar quadro de funcionários do município, dotando-o de boas condições de trabalho e com Plano de Carreira e Salários;</li> <li>Realizar prévia avaliação psicológica com análise do perfil do candidato para a efetivação da contratação;</li> <li>Readequar o número mínimo de profissionais necessários aos serviços, de acordo com o número de famílias referenciadas;</li> <li>Valorizar os profissionais e os setores de atendimento da assistência social;</li> <li>Contratar equipe técnica multiprofissional, por concurso público, bem como agentes de apoio, específicos para o CRAS/CREAS, conforme orientação do SUAS, com co-</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estrutura física inadequada;</li> <li>Pessoal não qualificado;</li> <li>Ausência de recursos para capacitação pelos governos federal e estadual.</li> </ul>	<p>financiamento do Estado e da União;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Qualificar os profissionais, através de cursos, de acordo com a necessidade do município;</li> <li>Construir novos espaços físicos; ou adquirir equipamentos e materiais;</li> <li>revitalizar os espaços existentes, e utilizar espaços comunitários;</li> <li>Realizar instalações acolhedoras no CRAS;</li> <li>Implantar o CADSUAS.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Sensibilização dos profissionais sobre o SUAS.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de informação e participação da sociedade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Capacitar e supervisionar os recursos humanos do departamento de assistência social e rede, conforme o SUAS, dando ênfase na matricialidade familiar e com o devido controle do gestor municipal.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Capacitação desenvolvida pelo Estado e pela União para coordenadores e técnicos do CRAS.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Baixa sensibilização e conscientização dos administradores públicos com relação a importância da capacitação permanente, e da participação dos técnicos, bem como sobre a Política Nacional de Assistência Social, a NOB/SUAS, a NOB/RH e suas mudanças no contexto político.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Capacitar permanentemente os gestores, conselheiros e técnicos da rede sócio-assistencial de acordo com as novas demandas apresentadas pelo SUAS;</li> <li>Capacitar os funcionários de órgãos estaduais para que os mesmos forneçam apoio técnico aos municípios.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Financiamento para cursos de carga horária curta e participação de alguns técnicos em seminários promovidos pelo governo estadual.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ausência de financiamento para especializações dos técnicos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Manter profissionais qualificados na área e aperfeiçoar o atendimento através de treinamento dos funcionários;</li> <li>Garantir funcionários públicos suficientes para o Órgão Gestor da Assistência Social.</li> </ul>



<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização do I Encontro Municipal dos CRAS em 2006.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ausência de espaço permanente de discussão sobre a política de assistência social no município.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantar efetivamente a NOB/RH;</li> <li>Valorizar o quadro funcional para atendimento da demanda existente, respeitando a remuneração em consonância com as diretrizes nacionais da NOB/RH-SUAS e Lei de Responsabilidade Fiscal.</li> <li>Redimensionar os recursos humanos conforme demanda de serviços, através de mapeamento específico com diagnóstico a partir das atuais condições.</li> <li>Mapear as condições de trabalho e de saúde dos servidores, objetivando trabalhar a prevenção de doenças ocupacionais.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Equipe PAIF/ CRAS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Indefinição de papéis e atribuições das equipes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantar equipe ou profissional responsável pelo monitoramento e avaliação do BPC;</li> <li>Destinar parte do co-financiamento que hoje é investido na contratação de pessoal pelo PAIF, para a execução de programas, projetos e serviços de PSB destinando a contra partida do município a contratação de profissionais concursados;</li> <li>Garantir que o FNAS possa financiar o pagamento de salários do quadro efetivo do município.</li> </ul>

**EIXO: CONTROLE SOCIAL**

<b>AVANÇOS</b>	<b>DIFICULDADES</b>	<b>DESAFIOS/PROPOSIÇÕES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização do censo 2007.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação de instrumento para a realização do diagnóstico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar diagnóstico sócio-econômico periódico, regulamentado em lei municipal.</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de cursos e grupos de estudo para assimilação das atribuições dos conselheiros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pouca garantia de recursos financeiros para cursos de capacitação;</li> <li>• Necessidade de ampliar a oferta e melhorar a qualidade dos eventos;</li> <li>• Necessidade de garantir equipe técnica e agentes capacitados para a realização das ações;</li> <li>• Pouca disponibilidade de tempo para os conselheiros participarem das capacitações;</li> <li>• Pouca oferta de cursos de capacitação continuada para os conselheiros atuais e novos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover capacitação permanente dos conselheiros, nas 3 esferas do governo, com todos os segmentos da política de assistência social.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Efetivação do CMAS;</li> <li>• Criação de informativos periódicos contendo as ações da política de assistência social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ineficiente manutenção das informações no site municipal;</li> <li>• Dificuldade em promover a mobilização e conscientização dos diversos atores sociais;</li> <li>• Dificuldade em efetivar a participação dos conselheiros nas reuniões do CMAS;</li> <li>• Precária regulamentação da política de assistência social no município;</li> <li>• Prazos indefinidos para avaliação e aprovação dos documentos;</li> <li>• Dificuldade de comunicação entre o órgão gestor, as demais secretarias e as entidades;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivar o fortalecimento dos Conselhos Municipais e Estaduais e da gestão da política de assistência social;</li> <li>• Publicizar a importância das atribuições políticas dos Conselhos;</li> <li>• Divulgar a política pública da assistência social;</li> <li>• Criar, dentro do site da prefeitura, um link de acesso a informações, atas, regimentos, composição, local, hora de realização das reuniões de todos os Conselhos existentes e que possam vir a existir;</li> <li>• Estabelecer integração entre os Conselhos para a construção da política de assistência social.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pouca articulação e apoio técnico da esfera estadual.</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Garantia de participação de usuários nos Conselhos;</li> <li>Ampliação dos espaços de participação e mobilização;</li> <li>Politização dos representantes dos movimentos sociais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pouca participação da sociedade civil no controle social e na composição dos Conselhos;</li> <li>Falta de disponibilidade e oportunidade de participação do usuário;</li> <li>Dificuldade em mobilizar a sociedade para ter acesso à informação;</li> <li>Desconhecimento da população sobre as ações pertinentes aos Conselhos Municipais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Garantir na composição dos Conselhos, nas 3 esferas de governo, maior representatividade dos usuários;</li> <li>Articular a criação de Fórum Popular de Assistência Social, com o objetivo de mobilizar a sociedade civil a debater permanentemente a política de assistência social;</li> <li>Divulgar os direitos socioassistenciais;</li> <li>Discutir continuamente junto à comunidade sobre a política de assistência social e seus critérios de inserção;</li> <li>Mobilizar as bases representativas da sociedade civil;</li> <li>Estimular a participação do usuário.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de Fóruns e pré-conferências.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Precária continuidade dos Fóruns.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Divulgar e informar a realização de Fóruns através dos meios de comunicação;</li> <li>Realizar fóruns e seminários para discussão do SUAS;</li> <li>Realizar pré-conferências da política de assistência social.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promoção de apoio técnico às entidades;</li> <li>Orientação e apoio para regularização do convênio entre o gestor da assistência social e as ONGS;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Necessidade de maior integração entre as entidades;</li> <li>Reforçar o apoio técnico às entidades;</li> <li>Falta de documentação e insuficiência de recursos humanos para o</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fortalecer as entidades de assistência social;</li> <li>Ampliar a integração das entidades com os técnicos do município;</li> <li>Capacitar as entidades para melhor entendimento e participação no CMAS;</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro de entidades e regulamentação dos benefícios eventuais.</li> </ul>	<p>monitoramento das entidades de assistência social.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estreitar o vínculo entre o CMAS e as entidades não governamentais em favor dos interesses populares;</li> <li>• Acompanhar efetivamente as ações realizadas pelos prestadores de serviços, tanto governamentais quanto não-governamentais;</li> <li>• Elaborar um Código de Ética para os conselheiros no sentido de que estes sejam imparciais na distribuição equitativa dos recursos para as entidades.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de reuniões de todos os Conselhos Municipais com o órgão gestor da assistência social para discussão de estratégias;</li> <li>• Troca de experiências exitosas em reuniões descentralizadas;</li> <li>• Alteração do horário das reuniões para compatibilizar com as possibilidades da população.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Insuficiência de articulação entre os Conselhos;</li> <li>• Pouca capacitação dos conselheiros;</li> <li>• Dificuldade de acesso da comunidade ao local das reuniões;</li> <li>• Falta de planejamento das ações e pouca divulgação das ações do CMAS.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgar as ações dos Conselhos Municipais;</li> <li>• Descentralizar as reuniões dos Conselhos.</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação da Secretaria Executiva dos Conselhos com espaço físico apropriado e reuniões mensais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pouca divulgação sobre as ações dos Conselhos e ausência de agendamento das reuniões.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgar as funções e atribuições do CMAS;</li> <li>• Implantar comissão local para discussão e desenvolvimento de ações entre os Conselhos Municipais (CMAS, CMDCA, CMS, e outros);</li> <li>• Fortalecer o CMAS através de equipe executiva e interdisciplinar de assessoramento aos Conselhos.</li> </ul>
--	---	---

**2. Essas foram as 3 (três) principais dificuldades encontradas para garantir os direitos socioassistenciais aos usuários da Política de Assistência Social:**

**MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE I**

1.	Insuficiência de recursos financeiros da esfera municipal e inexistência de co-financiamento do Estado para viabilização do espaço físico, manutenção e contratação de profissionais para a implantação dos CRAS e CREAS dos serviços socioassistenciais de Proteção Básica e Especial) em todos os municípios.
2.	Necessidade de aprovação de Lei Federal que defina percentual mínimo para a política de assistência social nas três esferas de governo e de efetiva alocação dos recursos nos respectivos Fundos.
3.	Insuficiência de trabalhadores nos escritórios regionais para assessorar os municípios, causando sobrecarga de trabalho.

### **MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE II**

1.	Ausência de definição de percentual mínimo de aplicação no Fundo Estadual de Assistência Social, com vinculação de receitas e repasse fundo a fundo.
2.	Insuficiência de recursos humanos para a política de assistência social e de recursos financeiros alocados nos Fundos de Assistência Social nas três esferas de governo.
3.	Insuficiência de co-financiamento estadual para execução da política de assistência social nos municípios e para implantação do CRAS.

### **MUNICÍPIOS DE MÉDIO PORTE, GRANDE PORTE E METRÓPOLE**

1.	Ausência de definição de percentual mínimo de aplicação no Fundo Estadual de Assistência Social, com vinculação de receitas e repasse fundo a fundo.
2.	Falta de co-financiamento para a implantação ou implementação de CRAS, de CREAS, de programas de geração de renda, equipe técnica necessária para atendimento à proteção básica e especial, garantia dos direitos sócio-assistenciais, de definição de percentual mínimo de aplicação no Fundo Estadual de Assistência Social, com vinculação de receitas e repasse fundo a fundo e o excesso de burocracia para aprovação de projetos e programas regionais.
3.	Frágil intersetorialidade entre as políticas públicas e respeito ao princípio de “comando único”.

3. Essas são as 2 (duas) ações prioritárias ainda não realizadas, mas necessárias para garantir os direitos socioassistenciais no âmbito dos Municípios, Estado e União são:

<b>AÇÕES PRIORITÁRIAS:</b>	
<b>MUNICÍPIOS</b>	1. 1ª Ação: Construir ou reestruturar espaço físico para funcionamento do CRAS, com a contratação de equipe multidisciplinar para atendimento da demanda.
	2ª Ação: Garantir percentual de no mínimo 5% do orçamento para a política de assistência social.
<b>ESTADO</b>	1ª Ação: Realizar concurso público específico para a área de assistência social.
	2ª Ação: Garantir percentual para o FEAS e co-financiar as ações de proteção social básica e especial, em especial, na construção ou adequação do espaço físico para funcionamento dos CRAS, no mínimo um por município.
<b>UNIÃO</b>	1ª Ação: Alterar e readequar os critérios da Lei de concessão do Benefício de Prestação Continuada, aumentando o critério de renda per capita de $\frac{1}{4}$ para $\frac{1}{2}$ salário mínimo, mantendo o benefício vinculado ao salário mínimo.
	2ª Ação: Garantir percentual de no mínimo 5% do orçamento da Seguridade Social para a ampliação dos serviços da política de assistência social e aprovar Lei Federal que institua o SUAS, com definição dos serviços, programas, projetos, benefícios para garantia universal dos direitos socioassistenciais, e da forma de co-financiamento, com vinculação de receitas, repasse continuado de recursos fundo a fundo e autorização para pagamento de pessoal do quadro próprio das demais esferas de governo.

## PARTE 2 - RELATÓRIO CONFERÊNCIA ESTADUAL -

1. Avaliação quanto ao primeiro objetivo: Discutir as metas deliberadas na Conferência Estadual e do DF de Assistência Social em 2005 considerando os eixos de gestão do SUAS, financiamento, recursos humanos e controle social, e o que foi implementado nestes últimos 2 (dois) anos, com a perspectiva de identificar **os avanços e os desafios** a serem enfrentados nos próximos 8 (oito) anos, considerando a co-responsabilidade das 3 (três) esferas de governo na consolidação do SUAS.

### 1.1 Avaliação sobre as Metas da V Conferência Estadual

#### METAS GESTÃO DO SUAS

##### *Realizadas*

- Implantação do Sistema de Informação Monitoramento e Avaliação com desenvolvimento de novos subsistemas: Cadastro Geral de Entidades e Monitoramento da Habilitação e do Nível de Gestão dos Municípios, Funcionamento dos CRAS.
- Apoio e assessoria técnica permanente e planejada aos municípios via Escritórios Regionais para implantação e gestão do SUAS.
- Ação Integrada para redução do trabalho infantil, fiscalização e inserção das famílias nos serviços, envolvendo órgão gestor, Delegacia Regional do Trabalho, Secretaria de Estado da Saúde e da Educação.
- Participação como membro da Câmara Técnica da CIT: elaboração de subsídios para pactuação da NOB-RH; decreto de regulamentação dos benefícios eventuais e do BPC; regulamentação de serviços.
- Iniciado o processo de reordenamento institucional, com revisão do organograma e das atribuições da Secretaria, com previsão em Regimento Interno de estrutura político-administrativa em conformidade com NOB-RH/SUAS.
- Realização de Monitoramento das ações do Programa Bolsa Família nos 18 Escritórios Regionais, abrangendo todos os municípios.
- Ação interinstitucional para a redução da violência e abuso sexual contra crianças/adolescentes e trabalho infantil, com a



articulação e participação do órgão gestor no Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e na Comissão Estadual de Enfrentamento da Violência e Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes.

- Implantação do Disque Idoso para registro de casos de violações de direitos e encaminhamentos.
- Implantação de CRAS nos municípios com indicadores sociais agravados.

***Não realizadas***

- Unificar os instrumentos de monitoramento e avaliação para todas as esferas de governo.
- Evitar prazos exíguos e coincidentes para facilitar o preenchimento de instrumentos de gestão.
- Aperfeiçoar e/ou criar instrumentos e técnicas de avaliação de resultados e impactos (eficiência / eficácia) da política de assistência social.
- Elaborar padrões de qualidade dos serviços da rede socioassistencial e aplicá-los à política municipal e estadual de assistência social.
- Criar “Ouvidoria” da Política de Assistência Social;
- Universalizar a implantação de CRAS em todos os municípios com baixo IDHM;
- Construir/ manter Centros de Iniciação Profissional para atender adolescentes e jovens de 15 a 18 anos;
- Inserir 100% dos beneficiários do BPC e dos benefícios eventuais nos serviços socioassistenciais;
- Implantar o programa Pró Jovem (faixa etária 15 a 18, 15 a 24 , 15 a 29 anos) em todos os municípios;
- Ampliar a faixa etária das crianças beneficiárias do Programa Leite das Crianças.
- Criar Centro de Referência e Abrigo para mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos em situação de violência;
- Implantar, implementar ou ampliar a oferta de Programa Família Acolhedora, Medidas Sócio Educativas em meio Aberto, Centros Dia e Abrigos para pequenos grupos;
- Implantar CREAS no âmbito municipal e regional através de consórcios, com profissionais efetivos, via concurso público, e com capacitação permanente.

- Criar programas voltados ao público de adolescentes de 15 a 17 anos;
- Criar atendimento especializado de média e alta complexidade voltado a pessoa com deficiência e idosos.
- Implantar Programas de Acolhimento Familiar e Abrigos para pequenos grupos.
- Ampliar a concessão do BPC para idosos a partir dos 60 anos e com elevação do per capita para ½ salário mínimo e vinculação ao salário mínimo.

***Em processo***

- Implementar no Sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação mecanismos que favoreçam a participação e o controle social para uma gestão informatizada e democrática;
- Criar mecanismos que monitorem e viabilizem o cumprimento das condicionalidades dos serviços, programas de transferência de renda e de benefícios socioassistenciais
- Criar banco de dados dos programas, projetos, serviços e benefícios, para visualização e alimentação das informações nos municípios e no Estado.
- Viabilizar o acesso a base de dados do SUAS/WEB a todos os integrantes da rede de serviços;
- Elaborar informativo, com vistas a dar visibilidade aos programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais;
- Criar em locais públicos formas de denúncias tais como: caixa para coleta de sugestões e/ou reclamações, ou disque denúncia;
- Realizar seminários com prefeitos para divulgação do SUAS e NOB/RH/SUAS;
- Implantar abrigos e/ou casas de passagem de abrangência regional para população em situação de risco, de rua e/ou itinerante; especialmente em região de fronteira;
- Organizar os serviços socioassistenciais no território, definindo fluxos de atendimentos e de encaminhamento;
- Habilitar municípios na Gestão Básica da Assistência Social;
- Promover a acessibilidade dos usuários dos serviços socioassistenciais, em especial das pessoas com deficiência e idosos.

- Regularizar de benefícios eventuais, serviços socioassistenciais e relação com demais sistemas públicos (Sistema Nacional de Medidas Sócio-Educativas).
- Implantar abrigos e/ou casas de passagem de abrangência regional para população em situação de risco, de rua e/ou itinerante; especialmente em região de fronteira.
- Reordenar a Rede de Abrigos, através de consórcios inter-municipais.
- Reduzir e combater o trabalho infanto-juvenil
- Implantar, implementar ou ampliar a oferta de Programa Família Acolhedora, Medidas Sócio Educativas em meio Aberto, Centros Dia e Abrigos para pequenos grupos.
- Organizar os serviços socioassistenciais no território, definindo fluxos de atendimentos e de encaminhamento.
- Divulgar direitos socioassistenciais junto as Universidades, entidades sociais, movimentos sociais, entre outros.
- Habilitar municípios na Gestão Básica da Assistência Social.
- Realizar diagnóstico social e estudo de viabilização dos serviços socioassistenciais no território
- Realizar diagnóstico social que indique as áreas de maior vulnerabilidade para implantação do CRAS.
- Ampliar o número de CRAS, inclusive nas áreas rurais.
- Universalizar a implantação de CRAS em todos os municípios com baixo IDHM.
- Implantar e implementar projetos de inclusão produtiva;
- Implantar programas de capacitação profissional para famílias; (idosos, pessoas com deficiências, adultos e adolescentes e/ou adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas);
- Ampliar o Programa Compra Direta Local da Agricultura Familiar.
- Implantar qualificação profissional para as famílias inscritas em serviços, programas e projetos socioassistenciais.

### **METAS FINANCIAMENTO**

#### ***Realizadas***

- Co-financiamento de CRAS nos 22 municípios com indicadores sociais agravados e baixa capacidade de gestão, totalizando entre 2005 e 2006, R\$ 1.678.600,00 com recursos do Fundo Estadual de Assistência Social.
- Ampliação de programas estaduais de transferência de renda ( Luz Fraterna R\$ 31.230.000,00 em 2006; Leite das Crianças com cobertura nos 399 municípios).
- Ampliação de programas de inclusão produtiva (Programa de Aquisição de Alimentos de R\$ 4.888.364,64 em 2005 para R\$ 10.610.692,02 em 2006, contemplando 2002 municípios; e PRODUSA totalizando R\$ 502.009,32, em 2005).
- Execução de convênios com reordenamento na lógica do SUAS, totalizando R\$ 5.994.173,00, em 2006.
- Co-financiamento de Serviço de Atendimento ao Itinerante com abrangência regional, totalizando R\$ 284.876,00 (01 unidade), em 2005.
- Co-financiamento de Instituições de Longa Permanência (R\$ 2.526.261,35 - Abrigos e Casas-Lares, em 2005, e construção de uma Casa-Abrigo, totalizando R\$ 194.993,00, em 2005; R\$ 2.908.724,00 - Abrigos e Casas-Lares, em 2006).
- Ampliação e revitalização das Unidades de Sócio-Educação, totalizando R\$ 37.721.853,33 em 2005
- Financiamento de Programa Estadual de Capacitação Permanente na Área da Infância e Adolescência ( R\$ 1.900.000,00, em 2005; R\$ 2.432.051,00, em 2006).
- Realização de eventos, conferências, supervisões técnicas e capacitações (R\$ 720.015,24 em 2005 e R\$ 620.420,00, em 2006).

#### ***Não realizadas***

- Garantir alocação de percentual mínimo de 5% do orçamento geral do Estado para o FEAS e de 5% do Orçamento da

Seguridade Social para o FNAS;

- Aprovar Lei Estadual que regulamente o co-financiamento do Estado para atender as ações previstas na PNAS e NOB/SUAS, determinando percentual mínimo para manutenção dos serviços socioassistenciais com ampliação gradativa recursos;
- Garantir que as verbas de emendas parlamentares, obrigatoriamente sejam destinadas aos Fundos Municipais de Assistência Social, passando pela análise de deliberação dos Conselhos Municipais;
- Estabelecer Piso Estadual de co-financiamento (proteção social básica, e proteção social especial de média e alta complexidade) via fundo a fundo;
- Universalizar o co-financiamento para implantação, aquisição de equipamentos, pagamentos de pessoal e manutenção de CRAS de acordo com o porte dos municípios;
- Ampliar a concessão do BPC para idosos a partir dos 60 anos e com elevação do per capita para  $\frac{1}{2}$  salário mínimo;
- Excluir do critério de cálculo da per capita para concessão do BPC os rendimentos advindos de aposentadoria, pensão e BPC (idoso e PPD);
- Co-financiar 100% dos municípios que estejam aptos para o funcionamento do CRAS;
- Estabelecer piso básico fixo de co-financiamento nas três esferas de governo permitindo pagamento de profissionais;
- Co- financiar a implantação da NOB/RH;
- Co-financiar serviços de média (basicamente CREAS) e alta complexidade por meio de consórcios intermunicipais;
- Co-financiar a implantação e implementação de banco de dados dos usuários da rede de Assistência Social (CAD/SUAS).
- Aprovar Lei Estadual que regulamente o co-financiamento do Estado para atender as ações previstas na PNAS e NOB/SUAS, determinando percentual mínimo para manutenção dos serviços socioassistenciais com ampliação gradativa recursos.
- Aumentar as receitas do FNAS para o co-financiamento dos serviços de alta complexidade instalados nos municípios e no estados.
- Aprovar Projeto de Lei que estabeleça e vincule receitas ao FEAS.
- Aumento dos pisos de proteção social básica e especial.
- Universalizar o co-financiamento para implantação, aquisição de equipamentos, pagamentos de pessoal e manutenção de

CRAS de acordo com o porte dos municípios.

- Excluir do critério de cálculo da per capita para concessão do BPC os rendimentos advindos de aposentadoria, pensão e BPC (idoso e PPD).
- Co-financiar 100% dos municípios que estejam aptos para o funcionamento do CRAS.
- Estabelecer piso básico de co-financiamento nas três esferas de governo permitindo o pagamento de recursos humanos do CRAS, com regulamentação e autorização legal.
- Co-financiar a implantação e implementação do Sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação.

***Em Processo***

- Garantir repasse de recursos fundo a fundo;
- Manutenção de CRAS co-financiados com recursos do FEAS.
- Ampliação progressiva de recursos nas três esferas de governo para o financiamento compartilhado entre as três esferas.
- Garantir repasse de recursos fundo a fundo.
- Garantir que as verbas de emendas parlamentares sejam destinadas aos Fundos Municipais e Estadual de Assistência Social, passando pela análise de deliberação dos Conselhos.
- Estabelecer Piso Estadual de co-financiamento (proteção social básica, e proteção social especial de média e alta complexidade) via fundo a fundo
- Garantir percentual de 5 a 7% do orçamento geral do Estado e da União, alocando os recursos nos respectivos Fundos.
- Realizar financiamento aos municípios com base no diagnóstico social vinculado ao Plano Municipal de Assistência Social.
- Garantir o orçamento da Assistência Social na proposta da Lei Orçamentaria Anual, através do fortalecimento de mecanismos para o cumprimento da NOB/SUAS.
- Estabelecer critérios objetivos na partilha dos recursos no FEAS e FNAS.
- Garantir recursos orçamentários para a implementação e execução de programas de inclusão produtiva.

- Co-financiamento compartilhado da proteção social especial, considerando os serviços e equipamentos socioassistenciais.
- Co-financiar serviços de média (basicamente CREAS) e alta complexidade por meio de consórcios intermunicipais.
- Co-financiar a manutenção e ampliação de serviços de abrigamento para população de rua, itinerante, entre outros.
- Regular e co-financiar benefícios eventuais de acordo com a Resolução nº212, do CNAS.

### **METAS RECURSOS HUMANOS**

#### ***Realizadas***

- Concurso público, totalizando 1090 vagas para os Centros de Sócio-Educação para atendimento de adolescentes em conflito com a Lei, Instituto de Ação Social do Paraná (IASP) e Escritórios Regionais do órgão gestor (SETP).
- 05 Encontros Regionais sobre NOB/SUAS, em 2005.
- 05 Encontros Macrorregionais para instituição da Rede de Proteção às Vítimas de Violência, em 2006.
- 18 Encontros Regionais sobre a NOB/RH, em 2006.
- 01 Encontro Estadual e 10 Encontros Regionais de Capacitação para a implantação e funcionamento dos CRAS, em 2006.
- 05 Encontros Macrorregionais sobre a gestão do PETI e qualificação dos conselheiros, dos gestores e dos serviços, em 2006.
- 01 Encontro Estadual do CRAS abrangendo todos os municípios.
- 01 Seminário Estadual do PETI com apresentação da Pesquisa sobre Trabalho Infantil - IPARDES/SETP
- 01 Encontro Macrorregional do CRAS – Guarapuava, para capacitação mais dirigida aos municípios contemplado com o co-financiamento para implantação de CRAS.
- 01 Seminário Regional de Gestão do Programa Bolsa Família - Comunidades Quilombolas e Remanescentes.
- 01 Capacitação dos operadores do Cadastro Único.
- 01 Seminário Estadual sobre Violência contra Crianças e Adolescentes

***Não realizadas***

- Elaborar Plano de Capacitação Permanente dos trabalhadores da área social;
- Capacitar profissionais que atuam junto ao Poder Judiciário e Ministério Público;
- Avaliar Plano de Capacitação (Estadual e Federal);
- Ampliar a equipe técnica da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social e Escritórios Regionais;
- Expandir e efetivar os PCCS com percentual financeiro definido e regulamentado nas três esferas de governo;
- Elaborar norma técnica orientando a contratação de trabalhadores nas entidades não-governamentais prestadoras de serviços socioassistenciais;
- Instituir PCCS nas três esferas de governo;
- Criar mecanismos de avaliação de produtividade;
- Realizar diagnóstico situacional sobre o quadro dos trabalhadores da política de assistência social;
- Estabelecer normas e protocolos específicos, garantindo qualidade e segurança dos trabalhadores;
- Alterar nomenclatura da SETP para Secretaria de Estado da Assistência Social, instituir Secretaria específica para a área, desvinculando da política do Trabalho;
- Alterar nomenclatura do MDS para Ministério da Assistência Social e Combate à Fome.
- Realizar diagnóstico situacional sobre o quadro dos trabalhadores da política de assistência social;
- Estabelecer normas e protocolos específicos, garantindo qualidade e segurança dos trabalhadores.

***Em processo***

- Instituição e co-financiamento de política de capacitação permanente e sistemática para conselheiros, gestores, trabalhadores do setor e usuários da política de assistência social.
- Implementação da NOB-RH/SUAS.
- Instituir PCCS nas três esferas de governo;
- Criar mecanismos de avaliação de produtividade;



- Elaboração de política de Recursos Humanos para os trabalhadores da Assistência Social no Estado do Paraná.
- Capacitar profissionais que atuam no CRAS, no CREAS e na Gestão do Programa Bolsa Família, considerando as especificidades das áreas urbanas e rurais;
- Capacitar os trabalhadores do SUAS sobre temas específicos: indicadores sociais, sistema de informação monitoramento e avaliação, funcionamento dos conselhos, financiamento (FMAS, PPA, LDO, LOA), NOB/RH, intersetorialidade;
- Capacitar técnicos dos escritórios regionais e municípios para operacionalização dos instrumentos de gestão ( PMAS, Relatório de Gestão, Demonstrativo Sintético Financeiro e Plano de Ação SUAS/WEB e Fundos Municipais);
- Capacitar contadores para a gestão financeira do SUAS;
- Garantir equipe técnica específica, por meio de concurso público, para atuar nos níveis de proteção social básica e especial, nas áreas urbanas e rurais.
- Reestruturação do Órgão Gestor Federal e Estadual obedecendo a NOB-RH/SUAS.

## **METAS CONTROLE SOCIAL**

### ***Realizadas***

- Participação dos conselhos nos processos de capacitação, eventos e construção da base legal do SUAS.
- Fortalecimento do Fórum Estadual de Assistência Social, com envolvimento nos processos de capacitação e co-financiamento da Assembléia Estadual.
- Fortalecimento de comissões e fóruns populares.
- Realização de reuniões ampliadas sobre o SUAS.

***Não realizadas***

- Capacitação permanente dos conselheiros e profissionais da rede da Assistência Social, estimulando o controle social.
- Elaboração de apostila informativa sobre a PNAS(Política Nacional de Assistência Social), com linguagem mais simplificada.
- Criar um núcleo de capacitação, cursos em diversos módulos com concentração/dispersão sobre legislação, documentação plano de aplicação, elaboração de manuais e análise de documentos.
- Co-financiamento para efetivação das capacitações.
- Definir funcionário de carreira para secretária executiva do Conselho e capacitar os responsáveis executivos para responsabilização de documentos planejamento e acompanhamento da política pública.
- Elaborar proposta de capacitação permanente para os conselheiros,
- Implantar portal on-line para viabilizar maior comunicação e orientação aos conselhos,
- Divulgar as ações realizadas pelo CEAS e pelo CNAS para todas as comunidades de forma sistemática e transparente.
- Criar disk-conselho, informações ,denúncias e sugestões.
- Construir uma agenda comum dos conselhos, nacional, estadual e Municipal.
- Reordenar o cadastro das entidades governamentais e não governamentais no CMAS,CEAS e CNAS,
- Discutir e deliberar propostas unificadas entre as três instâncias de Conselho (CMAS,CEAS,CNAS).
- Viabilizar encontros periódicos entre o CEAS e as Associações dos Municípios (prefeitos e vereadores).
- Criar equipe executiva do CEAS e CNAS para assessoramento aos conselhos locais,
- Estabelecer a obrigatoriedade de participação dos conselhos na elaboração dos Planos e orçamentos públicos.
- Implementar a secretaria executiva dos conselhos através de pessoa com perfil técnico, política e administrativa.
- Definir critérios de avaliação e instrumentos de fiscalização com definição de padrões de qualidade.
- Implantar e expandir os conselhos do idoso e PPD.

- Elaborar diagnóstico social aprofundado dos municípios.
- Efetivar a participação dos usuários na construção do Plano de assistência Social e na liberação dos recursos financeiros aos municípios ;
- Planejar as ações da assistência a partir das demandas reais da população;
- Sensibilizar os gestores para a importância da atuação assídua e competente nos conselhos;
- Organizar seminários anuais com a divulgação de toda rede prestadora de serviços, projetos, programas e ações realizadas no município, aos usuários da política de assistência social;
- Implantar a Escola da Cidadania, com objetivo de fornecer informações às lideranças comunitárias.

***Em processo***

- Capacitar permanentemente os conselheiros através de palestras, cursos, grupos de estudo seminários.
- Mobilizar os fóruns através de reuniões periódicas com apoio da SETP;
- Garantir a participação dos usuários nas formulações de programas e projetos sociais;
- Dar visibilidade sobre as atribuições dos conselhos bem como suas ações e deliberações
- Discutir a política de assistência juntamente com os conselhos locais, entidades, sociedade civil e poder público;
- Divulgar as competências e a importância do CMAS, como espaço de discussão e deliberação,
- Garantir recursos e estrutura para o pleno funcionamento dos Conselhos de Assistência Social.
- Fortalecimento do CMAS/FOREAS/CEAS, no processo de discussão e conscientização da política da Assistência Social.
- Fortalecimento da participação dos usuários e das entidades não governamentais no controle das ações da assistência social em todos os níveis.

## **1.2 Avanços, dificuldades, desafios e proposições por eixo:**

Este item está contemplado no item 3 - Deliberações da Conferência Estadual, em quadro sistematizado a partir das conferências municipais e aprovado na plenária final.

## **2. Avaliação sobre o segundo objetivo**

**Direitos socioassistenciais:** [Indicação das três principais dificuldades/desafios encontradas para garantir os direitos socioassistenciais estabelecidos pela Política de Assistência Social]

2.1 –Construção do Plano Decenal de Assistência Social em todas as esferas, seguido de planos plurianuais e anuais , de acordo com os instrumentos de gestão, democrático e de indução do SUAS.

2.2- Definição de pisos compatíveis com os custos dos serviços, com inserção obrigatória no PPA, LDO E LOA

2.3- Efetivação da NOB-RH/SUAS com garantia de política de capacitação continuada e valorização dos profissionais, gestores, técnicos governamentais e não governamentais.

**Deliberações da Conferência Estadual:**

1. Nos últimos 02 (dois) anos de implementação do SUAS, esses foram os principais avanços, dificuldades e desafios para a gestão do SUAS nos municípios desse porte:

**EIXO: GESTÃO**

AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
<p>1) Implementação de ações nos serviços socioassistenciais (cursos, atendimento técnicos, palestras) e atendimento sócio-educativo a adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Precária efetividade e manutenção dos programas já existentes;</li> <li>• Pouca adesão e permanência do público alvo nas ações;</li> <li>• Ausência de perspectivas e estímulos das famílias;</li> <li>• Resistência das famílias em participar e corresponder às ações do programa;</li> <li>• Insuficiência de estrutura e equipamentos para ações <i>in loco</i>;</li> <li>• Fragilidade no desenvolvimento de ações com adolescentes em situação de exploração e abuso sexual.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar programas de atendimento à criança e adolescente em situação de risco através de contra-turnos intersetoriais com esporte, lazer, teatro, coral, programas de profissionalização, visando atender inclusive adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e seus familiares</li> </ul>
<p>2) Sensibilização da rede socioassistencial e do setor</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de divulgação para reverter o</li> </ul>	<p>Construir, implantar e/ou ampliar CRAS urbano e rural móvel nos territórios de maior vulnerabilidade</p>

<p>público para a necessidade de atendimento descentralizado a partir do CRAS.</p>	<p>conceito sobre o público alvo da assistência social tendo em vista a existência de estigmas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Distanciamento geográfico entre o CRAS, a prefeitura e os demais serviços socioassistenciais do Município.</li> </ul>	<p>segundo as previsões da NOB-SUAS</p>
<p>3) Revisão e implementação de programa de capacitação com melhorias de infraestrutura, ofertas de cursos nas áreas de alimentação e artesanato, e trabalho com mães, gerando profissionalização e renda para a população carente.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Insuficiência de recursos financeiros para pagamento de instrutores;</li> <li>• Ausência de parcerias com SENAI, SEBRAE, SENAR;</li> <li>• Inexistência de metodologia específica para os respectivos cursos;</li> <li>• Resistência de adesão pela população;</li> <li>• Ausência de projetos para atendimento das crianças para que as mães possam ter maior disponibilidade em participar dos cursos de profissionalização;</li> <li>• Pouca responsabilidade do público alvo com os cursos de profissionalização e de geração de renda.</li> </ul>	<p>Criar e ampliar programas de capacitação e geração de trabalho, emprego e renda, como hortas comunitárias, cooperativas de alimentos, marcenaria, panificação, entre outros, potencializando o programa de aquisição de alimentos compra - direta;</p>

**EIXO: GESTÃO DA INFORMAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.**

AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
<p>1) Envolvimento dos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de co-financiamento e capacitação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementar e financiar sistema de</li> </ul>

<p>órgãos acerca da implementação de um sistema de monitoramento e avaliação da política de assistência social;</p>	<p>para a implementação do sistema de monitoramento e avaliação das ações da política de assistência social;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dificuldade na compreensão da importância dos instrumentos de monitoramento e avaliação.</li> </ul>	<p>monitoramento e avaliação das ações da política de assistência social nas três esferas de governo;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir que as deliberações aprovadas nas conferências a curto prazo sejam incluídas como prioridades nos orçamentos de 2008 e 2009.</li> </ul>
<p>2. Existência de acompanhamento dos usuários da política da assistência social.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inexistência de serviço informatizado para o acompanhamento;</li> <li>• Alto custo dos sistemas/programas informatizados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar sistema informatizado de acompanhamento dos usuários da assistência social.</li> </ul>
<p>3. Envolvimento na elaboração da LDO, PPA, capacitação sobre o SUAS e NOB e demais capacitações promovidas pelo órgão gestor e por outra esfera de governo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de financiamento para capacitação efetiva dos envolvidos na operacionalização da Rede - SUAS.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar instrumento específico de acompanhamento de execução financeira e dos serviços, e capacitar pessoal para sua elaboração e análise dos dados.</li> <li>• Implementar e/ ou aperfeiçoar a Rede - SUAS, incluindo avaliação dos serviços de proteção social, com utilização de indicadores sociais e padrões de qualidade.</li> </ul>

**EIXO: FINANCIAMENTO**

AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de regulamentação legal que obrigue a aplicação de percentual em atividades destinadas aos serviços socioassistenciais;</li> <li>• Falta de recursos financeiros no Fundo Municipal de Assistência Social;</li> <li>• Falta de autonomia na utilização dos recursos financeiros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar legislação federal com definição de percentual mínimo 5% do orçamento da Seguridade Social no caso da União (para as despesas discricionárias) e do orçamento geral de Estados e Municípios para a política de assistência social;</li> <li>• Garantir recursos para os benefícios eventuais;</li> <li>• Garantir a continuidade de financiamento para os eixos de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Aprimoramento da Gestão nos exercícios financeiros e nas gestões posteriores;</li> <li>• Divulgar as normativas do SUAS para conselheiros, gestores e principalmente para Secretários de Finanças como forma de garantir a execução das ações de Proteção Social Básica e Especial;</li> <li>• Alocar recursos no Fundo Municipal de Assistência Social.</li> </ul>
<p>2) Repasse dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social ao Fundo Municipal de Assistência Social, com regularidade na transferência</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Serviços sem alteração dos valores;</li> <li>• Ausência de repasse de recursos pelo Estado para o co-financiamento dos serviços;</li> <li>• Transferência insuficiente de recursos do Fundo Estadual para o Fundo Municipal de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar investimento do Governo do Estado do Paraná na política de assistência social e garantir o repasse fundo a fundo;</li> <li>• Co-financiar serviços de proteção social básica e especial pela demanda do município e não pelo</li> </ul>



pelo MDS.	Assistência Social nas ações de PSB e PSE; <ul style="list-style-type: none"> <li>• Resistência e desconhecimento do gestor financeiro municipal em relação à lógica de financiamento do SUAS;</li> <li>• Continuidade de repasses para demandas carimbadas com investimento em entidades priorizando a questão clientelista.</li> </ul>	porte.
3) Discussão e debates regionais sobre o financiamento da política de assistência social. Discussão e a própria existência da NOB-SUAS que regula a lógica de financiamento.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Efetivação parcial do Fundo Estadual de Assistência Social e não execução mediante repasse fundo a fundo.</li> <li>• Ausência de efetivação da NOB/SUAS, e de previsão de suas propostas em Lei Municipal, Estadual e Federal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Efetivar o Fundo Estadual de Assistência Social com vinculação de receitas e repasse de recursos fundo a fundo.</li> <li>• Utilizar os recursos financeiros de acordo com a necessidade dos serviços, considerando a lógica de financiamento definido na NOB/SUAS e promover a ampliação progressiva dos investimentos.</li> </ul>

**EIXO: RECURSOS HUMANOS**

<b>AVANÇOS</b>	<b>DIFICULDADES</b>	<b>DESAFIOS E PROPOSIÇÕES</b>
1 .Melhoria dos serviços prestados com conseqüente ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Co-financiamento do Estado e da União insuficiente para a formação de quadro próprio de Recursos Humanos.</li> <li>• Falta de recursos financeiros para capacitação dos profissionais da área.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar o quadro técnico de profissionais da SETP, com concurso público e capacitação continuada, para assessoria e supervisão técnica dos municípios no processo de</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pouca capacitação voltada aos profissionais na PSB e PSE;</li> <li>• Frágil efetivação da política de assistência social com base na NOB/SUAS e NOB/RH.</li> </ul>	<p>implantação e ampliação do SUAS;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitar conselheiros, trabalhadores e gestores quanto a NOB/SUAS e NOB/RH;</li> <li>• Garantir capacitação permanente para técnicos, conselheiros, gestores e outros trabalhadores da assistência social, com envolvimento das Universidades Estaduais;</li> <li>• Instituir Escola permanente de capacitação;</li> <li>• Garantir capacitação intersetorial para o CMAS, CMDCA, CMDI, Conselho dos Direitos da Pessoa Com Deficiência e Conselho Tutelar;</li> <li>• Promover o acesso à capacitação e atualização dos profissionais da política de Assistência Social.</li> </ul>
<p>2. Aprovação da NOB/RH pelo CNAS;</p> <p>Planejamento e sistematização dos trabalhos realizados na política de assistência social.</p> <p>Realização de concurso público para contratação de técnicos (contratação em 20% dos municípios por meio de</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inviabilização de concurso público (articulação executivo/legislativo) para a contratação de técnicos e outros trabalhadores da assistência social, com formação de quadro próprio;</li> <li>• Indefinição no orçamento municipal de recursos mínimos para assistência social e viabilização de concurso público</li> <li>• Frágil reconhecimento dos poderes legislativo e executivo acerca da importância da NOB/RH;</li> <li>• Impedimento de abertura de novos concursos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar a discussão e efetivar a NOB/RH, com realização de concurso público em todas as esferas de governo;</li> <li>• Contratação de equipe técnica multiprofissional específica para o CRAS e CREAS, com co-financiamento do Estado e da União;</li> <li>• Ampliar equipe técnica da assistência social, com profissionais da área jurídica e de educação, garantindo-se a eficácia e qualidade no atendimento ao usuário;</li> </ul>

<p>concurso).</p>	<p>públicos decorrente do percentual estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de recursos, vontade política e ação intersetorial;</li> <li>• Inviabilização de recursos para a contratação de pessoal.</li> <li>• Impossibilidade da renovação do teste seletivo e da efetivação de outro formato de contratação;</li> <li>• Poucos profissionais de Serviço Social atuando nas Secretarias Municipais de Assistência Social, com sobrecarga de funções devido à atuação em vários programas/projetos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir no edital de concurso publico ou contratacao, a descrição do perfil adequado para a função / desenvolvimento do trabalho;</li> <li>• Contratar um profissional para a Secretaria Executiva do CMAS com nível superior e viabilizar uma equipe responsável pela gestão do FMAS.</li> </ul>
<p>3. Encontros regionais para discussão, divulgação da NOB/RH.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de pactos intergestores para o financiamento do trabalho na assistência social na implementação da política de gestão de recursos humanos;</li> <li>• Ausência de levantamento e diagnóstico quanto aos trabalhadores do SUAS;</li> <li>• Falta de recursos para implantar ou adequar Plano de Cargos, Carreira e Salários;</li> <li>• Ausência de avaliação de desempenho, com definição de metas de produtividade para posterior avaliação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar e implementar em todo o território a política de gestão de pessoal (recursos humanos);</li> <li>• Instituir Plano de Carreira, Cargos e Salários e adequar os existentes ao SUAS;</li> <li>• Realizar concurso público para contratação de recursos humanos na assistência social;</li> <li>• Criar mecanismos de avaliação de desempenho e produtividade dos trabalhadores do SUAS para a garantia da qualidade do atendimento aos usuários, considerando a proporcionalidade entre o número de trabalhadores e usuários;</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Organizar grupos permanentes de estudo entre técnicos, conselheiros do CMAS, CMDCA, CMDI, Conselho dos Direitos da Pessoa Com Deficiência e Conselho Tutelar;</li> <li>• Criar estratégias de reconhecimento e valorização igualitária dos profissionais da área da assistência social;</li> <li>• Pactuar entre os gestores da assistência social adesão às diretrizes da NOB/RH;</li> <li>• Capacitação para os Gestores sobre a NOB-RH/SUAS.</li> </ul>
--	--	---

**EIXO: CONTROLE SOCIAL**

<b>AVANÇOS</b>	<b>DIFICULDADES</b>	<b>DESAFIOS E PROPOSIÇÕES</b>
1) Reestruturação do Fórum Regional de Assistência Social (FOREAS).	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de recursos financeiros e de participação dos municípios;</li> <li>• Pouco incentivo à participação da comunidade na discussão da política de assistência social;</li> <li>• Frágil mobilização da sociedade civil organizada, do Poder Legislativo, Executivo e da própria comunidade para compreender e exigir a implementação da assistência social como política pública.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecer o Fórum Regional de Assistência Social;</li> <li>• Sensibilizar a comunidade, usuários e entidades da sociedade civil sobre a importância da participação popular no processo de descentralização político administrativa e controle social.</li> </ul>

<p>2) Atuação do CMAS e melhorias no funcionamento da rede municipal, com planejamento das ações, interação e trabalho com equipe multiprofissional.</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Enfraquecimento do CMAS com a implantação de Comitês Gestores: Fome Zero, Leite das Crianças, Bolsa Família, Comissão do PETI;</li><li>• Ausência de elaboração do diagnóstico social;</li><li>• Falta de recursos para pesquisas e diagnósticos;</li><li>• Falta de capacitação de conselheiros e de conhecimento da NOB/SUAS e NOB/RH;</li><li>• Pouca oferta de capacitação pela esfera estadual;</li><li>• Falta de divulgação e conhecimento da política de assistência social;</li><li>• Ausência de cumprimento de todas as exigências estabelecidas na NOB/SUAS;</li><li>• Falta de equipamentos para que o Conselho desenvolva suas atividades;</li><li>• Falta de entendimento dos instrumentos orçamentários e de financiamento;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Capacitar permanentemente o Conselho Municipal de Assistência Social no que se refere as suas atribuições e sobre o financiamento da política de assistência social;</li><li>• Instituir em todos os municípios o Conselho dos Direitos da Pessoa Idosa e o Conselho dos Direitos das Pessoas com Deficiência;</li><li>• Garantir o direito de todo o cidadão em participar do planejamento e avaliação da política de assistência social;</li><li>• Realizar audiências públicas, com prestação de contas e viabilizar Fóruns de discussão sobre a política de assistência social;</li><li>• Sensibilizar a população para levar ao Conselho as suas reivindicações;</li><li>• Averiguar se os dados do relatório de gestão condizem com a realidade;</li><li>• Criar uma Ouvidoria onde o cidadão possa exercer seu direito, vinculada ao CMAS;</li><li>• Garantir, na troca da gestão, a continuidade dos trabalhos planejados para a política de assistência social;</li><li>• Ampliar a discussão com o Poder Executivo, Legislativo e a sociedade civil organizada</li></ul>
--	---	--

		<p>quanto à legislação vigente;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir a participação do CMAS no acompanhamento e elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual do Município, para garantir recursos necessários para a execução da política deliberada.</li> </ul>
<p>3) Manutenção e Existência dos Conselhos Municipais</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pouca participação dos conselheiros e da população nas reuniões, palestras, debates e elaboração de orçamento;</li> <li>• Pouca articulação do Conselho e órgão gestor para a implantação da política de assistência social;</li> <li>• Falta de conscientização do gestor sobre as atribuições e importância do Conselho;</li> <li>• Falta de informação sobre a utilização de todos os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social;</li> <li>• Pouco entendimento dos conselheiros sobre suas atribuições;</li> <li>• Muitas intervenções político-partidárias nas decisões do Conselho;</li> <li>• Falta de recursos financeiros e humanos;</li> <li>• Dificuldade em entender a política de assistência social enquanto política pública e</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar espaço de participação da população nos Conselhos Municipais para discussão da política de assistência social;</li> <li>• Alterar as leis municipais de criação dos Conselhos de acordo com as normas vigentes do SUAS;</li> <li>• Fiscalizar os recursos financeiros gastos com a política de assistência social;</li> <li>• Disponibilizar recursos financeiros para os Conselhos Municipais;</li> <li>• Criar a Secretaria Executiva do Conselho em todos os municípios;</li> <li>• Garantir maior representatividade dos usuários nos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Assistência Social;</li> <li>• Informatizar os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional para que haja maior interação entre os mesmos.</li> </ul>

	não como troca de favores.	
--	----------------------------	--

**2. Essas foram as 3 (três) principais dificuldades encontradas para garantir os direitos socioassistenciais aos usuários da Política de Assistência Social:**

1.	Insuficiência de recursos financeiros da esfera municipal e inexistência de co-financiamento do Estado para viabilização do espaço físico, manutenção e contratação de profissionais para a implantação dos CRAS e CREAS dos serviços socioassistenciais de Proteção Básica e Especial) em todos os municípios.
2.	Necessidade de aprovação de Lei Federal que defina percentual mínimo para a política de assistência social nas três esferas de governo e de efetiva alocação dos recursos nos respectivos Fundos.
3.	Insuficiência de trabalhadores nos escritórios regionais para assessorar os municípios, causando sobrecarga de trabalho.

**3. Essas são as 2 (duas) ações prioritárias ainda não realizadas, mas necessárias para garantir os direitos socioassistenciais no âmbito dos Municípios, Estado e União são:**

Municípios	2.	1. Construir ou reestruturar espaço físico para funcionamento do CRAS, com a contratação de equipe multidisciplinar para atendimento da demanda.
	3.	2. Garantir percentual de no mínimo 5% do orçamento para a política de assistência social.
Estado	1.	Realizar concurso público específico para a área de assistência social.
	2.	Garantir percentual para o FEAS e co-financiar as ações de proteção social básica e especial, em especial, na construção ou adequação do espaço físico para funcionamento dos CRAS, no mínimo um por município.
União	1.	Alterar e readequar os critérios da Lei de concessão do Benefício de Prestação Continuada, aumentando o critério de renda per capita de $\frac{1}{4}$ para $\frac{1}{2}$ salário mínimo, mantendo o benefício vinculado ao salário mínimo.



## SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO EMPREGO E PROMOÇÃO SOCIAL

### Núcleo de Coordenação Estadual da Política de Assistência Social



- |  |   |
|--|---|
|  | <p>2. Garantir percentual de no mínimo 5% do orçamento da Seguridade Social para a ampliação dos serviços da política de assistência social e aprovar Lei Federal que institua o SUAS, com definição dos serviços, programas, projetos, benefícios para garantia universal dos direitos socioassistenciais, e da forma de co-financiamento, com vinculação de receitas, repasse continuado de recursos fundo a fundo e autorização para pagamento de pessoal do quadro próprio das demais esferas de governo.</p> |
|--|---|



**Número de Municípios Pequeno II: 52**

1. Nos últimos 02 (dois) anos de implementação do SUAS, esses foram os principais avanços, dificuldades e desafios para a gestão do SUAS nos municípios desse porte:

**EIXO: GESTÃO**

<b>AVANÇOS</b>	<b>DIFICULDADES</b>	<b>DESAFIOS E PROPOSIÇÕES</b>
1) Implementação do SUAS na esfera municipal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desconhecimento da política de assistência social por parte dos usuários falta de reconhecimento da política de assistência social pelos governantes;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir o direito a proteção social por meio da intersetorialidade e do co-financiamento das políticas públicas;</li> <li>• Elaborar Plano de Inserção dos usuários da assistência social;</li> </ul>
2) Implantação e funcionamento de CRAS, viabilização de infra-estrutura.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de condições para atender os critérios de instalação de CRAS quanto a localização e separação do gestor municipal de assistência social e de outros serviços, programas e projetos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atender os critérios estabelecidos pela Política Nacional de Assistência Social, NOB/SUAS e NOB-RH/SUAS;</li> </ul>
3) Implantação do Programa Compra Direta de Alimentos, realização de cursos de	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indicadores restritos para acesso ao Programa Compra Direta de Alimentos;</li> <li>• Exclusão dos conselhos da assistência social</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar projetos de geração de trabalho e renda, visando a autonomia e protagonismo das famílias.</li> </ul>

capacitação e de aproveitamento e preparo da alimentação familiar para produtores.	no controle do Programa Compra Direta e do Programa do Leite (em substituição dos comitês gestores) e, não repasse dos recursos de fundo a fundo. <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atraso na liberação dos recursos do convênio, que não corresponde ao calendário escolar.</li> </ul>	
--	---	--

**EIXO: GESTÃO DA INFORMAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.**

<b>AVANÇOS</b>	<b>DIFICULDADES</b>	<b>DESAFIOS E PROPOSIÇÕES</b>
1) Conscientização dos órgãos envolvidos acerca da implementação de um sistema de monitoramento e avaliação da política de assistência social.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de co-financiamento e capacitação para a implementação do sistema de monitoramento e avaliação das ações da política de assistência social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementar e financiar sistema de monitoramento e avaliação das ações da política de assistência social.</li> </ul>
2) Implantação/aprimoramento da rede SUAS (Siscon SUASWeb).	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informações insuficientes, falta de capacitação e equipamentos para operacionalizar o sistema.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aperfeiçoamento contínuo do da Rede SUAS e implantação do Sistema informatizado de acompanhamento dos usuários da Assistência Social;</li> <li>• Promover acesso para a capacitação dos técnicos que operacionalizam o Sistema e co-financiamento para aquisição de equipamentos.</li> </ul>

<p>3) Existência de acompanhamento dos usuários da área urbana e rural da política da assistência social.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inexistência de serviço informatizado para o acompanhamento;</li> <li>• Alto custo dos sistemas/programas informatizados.</li> <li>• Inexistência de recursos humanos para operacionalização do sistema de informação. Necessidade de valorização da população rural.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar sistema informatizado de acompanhamento dos usuários da assistência social;</li> <li>• Realizar concurso público de equipe técnica qualificada para acompanhamento dos usuários da Assistência Social e operacionalização do sistema. Realizar diagnósticos e estudos que viabilizem a proximidade com a população rural.</li> </ul>
---	---	---

**EIXO: FINANCIAMENTO**

<b>AVANÇOS</b>	<b>DIFICULDADES</b>	<b>DESAFIOS E PROPOSIÇÕES</b>
<p>1. Atendimento das deliberações da Conferência de Assistência Social de 2005.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instabilidade na execução do orçamento, insuficiência de recursos financeiros, desinteresse, falta de comprometimento dos executores do orçamento;</li> <li>• Demora no repasse dos recursos para os programas já existentes, bem como para as entidades da rede socioassistencial.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Efetivar percentual mínimo do orçamento para a política de assistência social, nas 3 esferas de governo;</li> <li>• Definir com objetividade as competências da União, Estados e Municípios no financiamento dos serviços socioassistenciais.</li> </ul>
<p>2. Co-financiamento destinado aos municípios habilitados em gestão plena.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fragilidade na formação de grupos de inclusão produtiva e ausência de co-financiamento para todos os municípios habilitados em gestão básica e inicial.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar a cobertura do co-financiamento de projetos de inclusão produtiva, contemplando os municípios em todos os níveis de gestão.</li> </ul>

<p>3. Acesso às informações referentes ao orçamento municipal, ao demonstrativo financeiro e ao IGD.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Insuficiência de recursos financeiros e/ou inexistência de percentual na LOA para investimento e manutenção das ações na política de assistência social;</li> <li>• Dificuldade na compreensão da questão orçamentária;</li> <li>• Ausência de inserção nos orçamentos 2008/2009 das deliberações em curto prazo aprovadas nas Conferências;</li> <li>• Indisponibilidade financeira para capacitação de servidores da política de assistência social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar a participação federal e estadual no co-financiamento das ações desenvolvidas na política de assistência social.</li> </ul>
--	--	--

**EIXO: RECURSOS HUMANOS**

<b>AVANÇOS</b>	<b>DIFICULDADES</b>	<b>DESAFIOS E PROPOSIÇÕES</b>
<p>1. Aprovação NOB/ RH.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recursos escassos dos municípios para efetivar a NOB-RH/SUAS;</li> <li>• Impossibilidade de realização de concurso específico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar a política de recursos humanos para os profissionais da rede de assistência social;</li> <li>• Realizar eventos informativos a prefeitos e gestores sobre a NOB/RH/SUAS;</li> <li>• Efetivar os trabalhadores da política de assistência social através de concurso público, garantindo a continuidade e qualidade dos serviços.</li> </ul>

<p>2. Implantação do CRAS equipe técnica e agentes de apoio (profissionais de nível médio); Capacitação desenvolvida pelo Estado e pela União para coordenadores e técnicos do CRAS.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de profissionais efetivos nos quadros públicos garantindo a continuidade e qualidade das ações;</li> <li>• Equipes técnicas e multidisciplinares insuficientes;</li> <li>• Grande número de profissionais contratados pela modalidade de cargos comissionados;</li> <li>• Escassos recursos financeiros para parcerias;</li> <li>• Estrutura física inadequada;</li> <li>• Pessoal não qualificado;</li> <li>• Ausência de recursos para capacitação pelos governos federal, estadual e municipal;</li> <li>• Precária sensibilização e conscientização dos administradores públicos com relação a importância da capacitação permanente, e da participação dos técnicos, bem como sobre a Política Nacional de Assistência Social, a NOB/SUAS, a NOB/RH/SUAS e suas mudanças no contexto político;</li> <li>• A área administrativa municipal não tem plena informação sobre a necessidade e a garantia de funcionários públicos suficientes para a Secretaria do Órgão Gestor.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar quadro de funcionários do município, dotando-a de boas condições de trabalho e com plano de cargos e salários;</li> <li>• Garantir no edital de concurso público ou contratação, a descrição do perfil adequado para a função / desenvolvimento do trabalho;</li> <li>• Valorizar os profissionais e os setores de atendimento da assistência social;</li> <li>• Contratar equipe técnica multiprofissional, bem como agentes de apoio, específica para o CRAS e CREAS, conforme orientação do SUAS, com co-financiamento do Estado e da União;</li> <li>• Qualificar os profissionais, através de cursos, de acordo com a necessidade do município;</li> <li>• Construir novos espaços físicos; adquirir equipamentos e materiais; revitalização do espaço existente.</li> <li>• Instalar espaços acolhedores no CRAS;</li> <li>• Implantar do CADSUAS.</li> <li>• Capacitar permanentemente os gestores, conselheiros e técnicos da rede sócio-assistencial de acordo com as novas demandas apresentadas pelo SUAS;</li> <li>• Capacitar os funcionários de órgãos estaduais para que os mesmos forneçam apoio técnico</li> </ul>
--	---	--

		aos municípios.
3. Divulgação da rede de atendimento e aumento do número de famílias atendidas nos diversos segmentos tendo como referência os profissionais do CRAS.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não reconhecimento e participação da política de assistência social pelos governantes e usuários.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Envolver as Universidades em geral na discussão e implementação da política de assistência social.</li> </ul>

**EIXO: CONTROLE SOCIAL**

<b>AVANÇOS</b>	<b>DIFICULDADES</b>	<b>DESAFIOS E PROPOSIÇÕES</b>
1) Melhoria de funcionamento da rede municipal com a atuação do CMAS no acompanhamento e deliberações referentes aos serviços, ao monitoramento/avaliação dos resultados das ações e da aplicabilidade dos recursos; Avanços na cobertura de atendimento à população	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Enfraquecimento do CMAS com implantação dos Comitês Gestores, como: Fome Zero, Leite da Crianças, Bolsa Família, etc;</li> <li>• Inexistência de recursos para pesquisas e diagnósticos;</li> <li>• Inexistência de capacitação dos conselheiros;</li> <li>• Pouco conhecimento dos conselheiros sobre a política de assistência social, sobre a NOB-SUAS e a NOB/RH;</li> <li>• Desconhecimento do Conselho acerca das ações e serviços realizados por entidades e movimentos não registrados nos CMAS, com</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Possibilitar a atuação efetiva do CMAS, incluindo os Comitês Gestores do Programa Bolsa Família;</li> <li>• Implantar e mapear a rede municipal;</li> <li>• Elaborar diagnóstico social;</li> <li>• Articular com os atores afins a conscientização da comunidade em geral garantindo a acessibilidade às pessoas com de deficiência.</li> </ul>

usuária da rede socioassistencial.	<p>utilização de recursos públicos;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desconhecimento das ONGs sobre a política nacional de assistência social, a NOB-SUAS e a NOB/RH;</li> <li>• Linguagem técnica na divulgação do orçamento, dificultando o entendimento da população.</li> </ul>	
2) Dar maior visibilidade as ações e deliberações do conselho através de atualização de dados e informações sobre a utilização de recursos da Política de Assistência Social nos meios de comunicação oficiais (sites, jornais, TV, rádio e editais).	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Precária manutenção e atualização das informações no site municipal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atualizar os dados e informações referentes à política de assistência social;</li> <li>• Dar maior visibilidade às ações do Conselho.</li> </ul>
3) Funcionamento dos Conselhos Municipais implantados e efetiva participação dos conselheiros nas reuniões dos CMAS e na análise dos assuntos pertinentes à área.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recursos insuficientes para o desenvolvimento das ações do Conselho;</li> <li>• Insuficiente capacitação dos conselheiros quanto às suas atribuições e quanto ao conhecimento da política de assistência social;</li> <li>• Pouca sensibilização dos conselheiros para participarem das capacitações;</li> <li>• Falta de conhecimento por parte da população sobre as atribuições e papel do Conselho.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar capacitação continuada dos conselheiros;</li> <li>• Estimular a participação do usuário e do segmento governamental nas reuniões dos Conselhos;</li> <li>• Garantir na composição dos Conselhos, nas 3 esferas de governo, maior representatividade do usuário;</li> <li>• Acompanhar efetivamente as ações realizadas</li> </ul>

		<p>pelos prestadores de serviços, tanto governamental quanto não governamental;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mobilizar as bases representativas da sociedade civil;</li> <li>• Implantar comissão local para discussão e desenvolvimento de ações entre os Conselhos Municipais (CMAS, CMDCA, CMS, e outros);</li> <li>• Realizar reuniões ampliadas entre os diversos Conselhos (Assistência Social, Criança e Adolescente, Idoso);</li> </ul>
--	--	---

**3. Essas foram as 3 (três) principais dificuldades encontradas para garantir os direitos socioassistenciais aos usuários da Política de Assistência Social:**

1.	Ausência de definição de percentual mínimo de aplicação no Fundo Estadual de Assistência Social, com vinculação de receitas e repasse fundo a fundo.
2.	Insuficiência de recursos humanos para a política de assistência social e de recursos financeiros alocados nos Fundos de Assistência Social nas três esferas de governo.
3.	Insuficiência de co-financiamento estadual para execução da política de assistência social nos municípios e para implantação do CRAS.



**3. Essas são as 2 (duas) ações prioritárias ainda não realizadas, mas necessárias para garantir os direitos socioassistenciais no âmbito dos Municípios, Estado e União são:**

Municípios	1ª Ação: Garantir recursos financeiros e definição de percentual no orçamento geral para a assistência social de no mínimo 5%.
	2ª Ação: Garantir uma política de assistência social, com qualidade nos serviços socioassistenciais, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, reordenando a rede e tendo como foco prioritário a promoção da família, assegurando a transparência das ações desenvolvidas
Estado	1ª Ação: Garantir percentual de no mínimo 5%, destinado à política de assistência social, com vinculação de receitas, repasse fundo a fundo aos municípios e ampliação da dotação orçamentária do Fundo Estadual de Assistência Social.
	2ª Ação: Garantir a implementação da política de assistência social, com garantia de qualidade dos serviços socioassistenciais nos programas de proteção social básica e especial, tendo como foco prioritário à família.
União	1ª Ação: Aprovar Lei Federal que institua o SUAS, com definição dos serviços, programas, projetos, benefícios para garantia universal e qualidade dos direitos socioassistenciais, e da forma de co-financiamento, com vinculação de receitas, repasse continuado de recursos fundo a fundo e autorização para pagamento de pessoal do quadro próprio das demais esferas de governo.
	2ª Ação: Alterar e readequar os critérios da Lei de concessão do Benefício de Prestação Continuada, aumentando o critério de renda per capita de $\frac{1}{4}$ para $\frac{1}{2}$ salário mínimo, mantendo o benefício vinculado ao salário mínimo.

**Número de Municípios Médio/Grande/Metrópole: 30**

1. Nos últimos 02 (dois) anos de implementação do SUAS, esses foram os principais avanços, dificuldades e desafios para a gestão do SUAS nos municípios desse porte:

**EIXO: GESTÃO.**

<b>AVANÇOS</b>	<b>DIFICULDADES</b>	<b>DESAFIOS E PROPOSIÇÕES</b>
1) Reconhecimento da necessidade de projetos articulados com a rede de serviços socioassistenciais, incluindo a área de saúde, educação, trabalho e outros.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de integração e comunicação entre os componentes da rede social na Assistência Social e demais políticas e setores. Falta de investimento e fortalecimento da rede.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover o fortalecimento da rede social com informatização da rede, capacitação das entidades e órgão gestor, facilitando a intersetorialidade, por meio de debates e ações, entre as diversas políticas públicas, poder judiciário, legislativo, Ministério Público, conselhos de políticas e entidades.</li> </ul>
2) Implantação em alguns municípios de serviços de proteção social especial; Implantação de CRAS em alguns municípios.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ausência de cobertura universal e de co-financiamento de serviços de proteção social especial de alta complexidade.</li> <li>Insuficiente e precária estrutura física;</li> <li>Insuficiência de recursos humanos para composição da equipe multidisciplinar;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementar Programa Família Acolhedora, instituir e/ou reordenar serviços de proteção social especial de alta complexidade, tais como: Casa de Passagem, República, Albergue, Casa Lar, abrigos, para pessoas em situação de risco (crianças/adolescentes, adultos em situação de rua, idosos, mulher e pessoas com deficiência),</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Precário diagnóstico das áreas de vulnerabilidade social;</li> <li>• Excesso de exigências e despreparo para habilitação pela CIB;</li> <li>• Precariedade de sistema de informação, monitoramento e avaliação.</li> </ul>	<p>garantindo o co-financiamento das três esferas de governo e qualidade da prestação de serviços, em consonância com a Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar e/ou implementar CRAS e CREAS em todos os municípios, garantindo-se o co-financiamento compartilhado das três esferas de governo.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de orçamento e políticas específicas para a Juventude, visando à inserção no mercado de trabalho, lazer, cultura e esporte.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar políticas específicas para juventude, com orçamento assegurado;</li> <li>• Ampliar a oferta de programas de profissionalização e inserção no mercado de trabalho para jovens.</li> </ul>

**EIXO: GESTÃO DA INFORMAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.**

<b>AVANÇOS</b>	<b>DIFICULDADES</b>	<b>DESAFIOS E PROPOSIÇÕES</b>
1) Reordenamento da política municipal de assistência social na lógica do SUAS, com ênfase na implementação da vigilância social.	Ausência de técnicos; profissionais suficientes para atender a demanda, causando a precariedade no acompanhamento das metas estabelecidas, dificultando a transparência das ações executadas.	Implantação de um sistema único de monitoramento e avaliação.

<p>2) Reestruturação do Cadastro Único que permitiu aos municípios o acesso ao banco de dados da população cadastrada e a identificação do seu perfil.</p>	<p>Dificuldade na compreensão da importância dos instrumentos de monitoramento e avaliação.</p>	<p>Realizar diagnóstico ampliado, capaz de identificar, sistematizar e produzir indicadores territorializados das situações de vulnerabilidade e risco social.</p>
<p>3) Utilização do sistema de informação, monitoramento e avaliação, como subsídio para atuação dos conselhos.</p>	<p>Ausência de padrão de qualidade e construção/definição de indicadores de avaliação da rede socioassistencial que compreendem a PAS, considerando base territorial.</p>	<p>Buscar co-financiamento nas esferas de governo estadual e federal para a implementação do sistema de monitoramento e avaliação das ações da política de assistência social.</p>

**EIXO: FINANCIAMENTO**

AVANÇOS	DIFICULDADES	DESAFIOS E PROPOSIÇÕES
63) Projeto de Lei Estadual que define vinculação de receitas ao FEAS.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Indefinição de percentual mínimo destinado à política de assistência social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Regulamentar o co-financiamento do Estado aos municípios determinando o percentual mínimo para a manutenção dos serviços assistenciais.</li> <li>Efetivar percentual mínimo do orçamento municipal para assistência social, com definição de custo médio dos serviços socioassistenciais;</li> <li>Aprovar projeto de Lei Estadual que destina receitas de taxas e impostos para o FEAS.</li> </ul>
64) Aumento do piso para cada nível de complexidade.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Recursos insuficientes para o co-financiamento das dos serviços socioassistenciais ofertados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumentar o valor dos pisos de proteção social básica e especial.</li> </ul>
65) Liberação de recursos para a implantação de serviços regionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Indefinição de percentual mínimo de investimento nas 3 esferas de governo.</li> <li>Ausência de sede/estrutura física para o funcionamento do CRAS.</li> <li>Não houve investimentos financeiros no atendimento de programas regionalizados e efetivação de consórcio entre grupos de municípios.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Assegurar através de emenda constitucional o percentual mínimo de 5% na dotação orçamentária do orçamento da Seguridade Social para ações discricionárias das 3 esferas de governo para o financiamento da política de assistência social.</li> <li>Destinar recursos financeiros das 3 esferas de governo para construção e manutenção dos CRAS.</li> <li>Co-financiar ações regionalizadas e em modalidade de consórcios para os serviços de PSE, atendendo rede de municípios.</li> </ul>

**EIXO: RECURSOS HUMANOS**

<b>AVANÇOS</b>	<b>DIFICULDADES</b>	<b>DESAFIOS E PROPOSIÇÕES</b>
1.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grande número de municípios a serem atendidos pelos técnicos dos escritórios regionais DA SETP</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reestruturar através de concurso público o quadro técnico dos escritórios regionais, sendo uma equipe multidisciplinar de referência para cada 10 municípios;</li> <li>Investimento contínuo em capacitação para as equipes de referência dos Escritórios Regionais da SETP.</li> </ul>
2. Aprovação da NOB/RH	<ul style="list-style-type: none"> <li>Baixa efetivação da NOB/RH;</li> <li>Recursos Humanos escassos no Estado e Municípios;</li> <li>Ausência de concurso público para área da assistência social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantar e financiar a NOB/RH;</li> <li>Efetivar a política de recursos humanos para os profissionais da rede de assistência social;</li> <li>Realizar treinamento aos prefeitos e gestores sobre a NOB/RH – SUAS;</li> <li>Valorizar e implementar quadro funcional para atendimento da demanda existente, respeitando a remuneração, em consonância com as diretrizes nacional da NOB/RH - SUAS;</li> <li>Mapear as condições de trabalho e de saúde dos servidores objetivando trabalhar a prevenção e o</li> </ul>

<p>3. Implantação do CRAS/CREAS / equipe técnica e agentes de apoio (profissionais de nível médio).</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de profissionais efetivos nos quadros públicos garantindo a continuidade e qualidade das ações;</li> <li>• Equipes técnicas insuficientes;</li> <li>• Grande número de profissionais contratados pela modalidade de cargos comissionados;</li> <li>• Impossibilidade de contratação de equipe multidisciplinar;</li> <li>• Falta de recursos financeiros e parcerias;</li> <li>• Estrutura física inadequada;</li> <li>• Pessoal não qualificado;</li> <li>• Ausência de recursos para capacitação pelos governos federal e estadual.</li> </ul>	<p>tratamento de doenças ocupacionais.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar quadro de funcionários do município, dotando-o de boas condições de trabalho e com Plano de Carreira e Salários;</li> <li>• Garantir no edital de concurso público ou contratação, a descrição do perfil adequado para a função / desenvolvimento do trabalho;</li> <li>• Readequar o número mínimo de profissionais necessários aos serviços, de acordo com o número de famílias referenciadas;</li> <li>• Valorizar os profissionais e os setores de atendimento da assistência social;</li> <li>• Contratar equipe técnica multiprofissional, por concurso público, bem como agentes de apoio, específicos para o CRAS/CREAS, conforme orientação do SUAS, com co-financiamento do Estado e da União;</li> <li>• Qualificar os profissionais, através de cursos, de acordo com a necessidade do município;</li> <li>• Construir novos espaços físicos; ou adquirir equipamentos e materiais;</li> <li>• revitalizar os espaços existentes;</li> <li>• Realizar instalações acolhedoras no CRAS;</li> <li>• Implantar o CADSUAS.</li> </ul>
---	---	---

**EIXO: CONTROLE SOCIAL**

<b>AVANÇOS</b>	<b>DIFICULDADES</b>	<b>DESAFIOS E PROPOSIÇÕES</b>
<p>4) Melhoria de funcionamento da rede municipal com a atuação do CMAS no acompanhamento e deliberações referentes aos serviços, ao monitoramento/avaliação dos resultados das ações e da aplicabilidade dos recursos;</p> <p>Avanços na cobertura de atendimento à população usuária da rede socioassistencial.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Enfraquecimento do CMAS com implantação dos Comitês Gestores, como: Fome Zero, Leite da Crianças, Bolsa Família, etc;</li> <li>• Inexistência de recursos para pesquisas e diagnósticos;</li> <li>• Inexistência de capacitação dos conselheiros;</li> <li>• Pouco conhecimento dos conselheiros sobre a política de assistência social, sobre a NOB-SUAS e a NOB/RH;</li> <li>• Desconhecimento do Conselho acerca das ações e serviços realizados por entidades e movimentos não registrados nos CMAS, com utilização de recursos públicos;</li> <li>• Desconhecimento das ONGs sobre a política nacional de assistência social, a NOB-SUAS e a NOB/RH;</li> <li>• Linguagem técnica na divulgação do orçamento, dificultando o entendimento da população.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Possibilitar a atuação efetiva do CMAS, incluindo os Comitês Gestores do Programa Bolsa Família;</li> <li>• Implantar e mapear a rede municipal;</li> <li>• Elaborar diagnóstico social;</li> <li>• Articular com os atores afins a conscientização da comunidade em geral garantindo a acessibilidade às pessoas com de deficiência.</li> </ul>
<p>5) Dar maior visibilidade as ações e deliberações do conselho através de</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Precária manutenção e atualização das informações no site municipal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atualizar os dados e informações referentes à política de assistência social;</li> <li>• Dar maior visibilidade às ações do Conselho.</li> </ul>



<p>atualização de dados e informações sobre a utilização de recursos da Política de Assistência Social nos meios de comunicação oficiais (sites, jornais, TV, rádio e editais).</p>		
<p>6) Funcionamento dos Conselhos Municipais implantados e efetiva participação dos conselheiros nas reuniões dos CMAS e na análise dos assuntos pertinentes à área.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recursos insuficientes para o desenvolvimento das ações do Conselho;</li> <li>• Insuficiente capacitação dos conselheiros quanto às suas atribuições e quanto ao conhecimento da política de assistência social;</li> <li>• Pouca sensibilização dos conselheiros para participarem das capacitações;</li> <li>• Falta de conhecimento por parte da população sobre as atribuições e papel do Conselho.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar capacitação continuada dos conselheiros;</li> <li>• Estimular a participação do usuário e do segmento governamental nas reuniões dos Conselhos;</li> <li>• Garantir na composição dos Conselhos, nas 3 esferas de governo, maior representatividade do usuário;</li> <li>• Acompanhar efetivamente as ações realizadas pelos prestadores de serviços, tanto governamental quanto não governamental;</li> <li>• Mobilizar as bases representativas da sociedade civil;</li> <li>• Implantar comissão local para discussão e desenvolvimento de ações entre os Conselhos Municipais (CMAS, CMDCA, CMS, e outros);</li> <li>• Realizar reuniões ampliadas entre os diversos Conselhos (Assistência Social, Criança e Adolescente, Idoso).</li> </ul>

**2. Essas foram as 3 (três) principais dificuldades encontradas para garantir os direitos socioassistenciais aos usuários da Política de Assistência Social:**

1.	Ausência de definição de percentual mínimo de aplicação no Fundo Estadual de Assistência Social, com vinculação de receitas e repasse fundo a fundo.
2.	Falta de co-financiamento para a implantação ou implementação de CRAS, de CREAS, de programas de geração de renda, equipe técnica necessária para atendimento à proteção básica e especial, garantia dos direitos sócio-assistenciais, de definição de percentual mínimo de aplicação no Fundo Estadual de Assistência Social, com vinculação de receitas e repasse fundo a fundo e o excesso de burocracia para aprovação de projetos e programas regionais.
3.	Frágil intersectorialidade entre as políticas públicas e respeito ao princípio de “comando único”.

**3. Essas são as 2 (duas) ações prioritárias ainda não realizadas, mas necessárias para garantir os direitos socioassistenciais no âmbito dos Municípios, Estado e União são:**

Municípios	1ª Ação: Garantir percentual de no mínimo 5% do orçamento à política de assistência social.
	2ª Ação: Implantar, implementar e ampliar os serviços de proteção social básica e especial, garantindo a qualidade no atendimento, com infra-estrutura e recursos humanos adequados e qualificados, tanto no meio urbano como rural, dando ênfase as ações sócio-educativas, medidas preventivas de situação de risco, exploração sexual e usuários de substâncias psicoativas, em interface com a saúde.
Estado	1ª Ação: Definir e garantir percentual mínimo destinado à política de assistência social, com vinculação de receitas, repasse fundo a fundo aos municípios e ampliação da dotação orçamentária do Fundo Estadual de Assistência Social.
	2ª Ação: Garantir estrutura do órgão gestor Estadual com a criação da Secretaria específica para a Política de Assistência, possibilitando o aprimoramento da gestão, capacitação permanente dos conselheiros, trabalhadores e gestores.

União	1ª Ação: Garantir, por meio de Lei específica, nas três esferas de governo, percentual mínimo de % na dotação orçamentária do orçamento da Seguridade Social para ações discricionárias para a política de assistência social, para a ampliação dos serviços.
	2ª Ação: Aprovar Lei Federal que institua o SUAS, com definição dos serviços, programas, projetos, benefícios para garantia universal dos direitos socioassistenciais, e da forma de co-financiamento, com vinculação de receitas, repasse continuado de recursos fundo a fundo e autorização para pagamento de pessoal do quadro próprio das demais esferas de governo.

#### 4. RESULTADO PROCESSO ELEITORAL

ESCRITÓRIO REGIONAL	DELEGADO	MUNICÍPIO	RG/CPF	REP
CEAS	Denise Arruda Colin	Curitiba	3.283.245-8	GOV
CEAS	Jucimeri Isolda Silveira	Curitiba	5.146.833-3	GOV
CEAS	Moises Araujo Coelho	Cornélio Procópio	7.141.087-0	SC
CEAS	Raymundo Rodrigues	Foz do Iguaçu	157069	SC
Campo Mourão	Magali Jorge Fonzar	Goioerê	124.224-8	GOV
Campo Mourão	Sonia de Souza Henrique	Luiziana	019.411.909-28	SC
Campo Mourão	Elias Ferreira Silva	Campo Mourão	6.554.174-2	SC
Campo Mourão	Cleonice Alves Moreira Denk	Rancho Alegre D'Oeste	2.167.748-4	SC
Cascavel	Simone Beatriz Ferrari	Toledo	4.259.640-0	GOV
Cascavel	Regina Marta Barreiros Bento	Cascavel	930.998	SC
Cascavel	Aparecido Adão Romero	Jesuítas	1.145.849-1	GOV
Cascavel	Marizete de Fátima Rodrigues	Formosa do Oeste	4.526.895-0	SC
Cascavel	Nelci Pandolfo	Palotina	5.647.187-1	GOV
Cornélio Procópio	Alba Maria de Oliveira	Bandeirantes	5.026.102-6	SC
Cornélio Procópio	Ozimara Ferreira de Mello	Santa Cecília do Pavão	4.104.514-0	SC
Cornélio Procópio	Dorinês Miranda Carneiro	Rancho Alegre	5.979.973-8	GOV
Curitiba	Léa Margareth Christmann	Curitiba	1.373.437-2	GOV
Curitiba	Rosane Maria Schafachek Maciel	Curitiba	3.452.176-0	GOV
Curitiba	Ivanina R. Bourscheid	São José dos Pinhais	1.974.061-7	GOV
Curitiba	Elizabeth Mara Duarte Fernandes	Fazenda Rio Grande	3.500.041-0	GOV

Curitiba	Maricel Auer	Guaratuba	3.981.571-0	GOV
Curitiba	Tânia Guarilha	Pontal do Paraná	3.059.376-6	GOV
Curitiba	Matilde Dias Martins Pupo	Pinhais	6.990.356-8	SC
Curitiba	Cleverson Prestes da Silva	Balsa Nova	6.599.473-9	SC
Curitiba	Patrick James Reason	Curitiba	V. 212.780-3	SC
Curitiba	Fernanda Lopes de Camargo	Curitiba	24.439.516-0	SC
Foz do Iguaçu	Geyse Rodrigues da Silva de Freitas	Santa Terezinha de Itaipú	3.691.975-2	SC
Foz do Iguaçu	Inês Kist	Mal. Cândido Rondon	4.416.856-1	SC
Foz do Iguaçu	Andreia Strinta Santos Elias	Ramilândia	8.034.873-8	GOV
Francisco Beltrão/ Pato Branco	Marli Haas Castilhos de Moraes	Realeza	8.050.817-4	SC
Francisco Beltrão/ Pato Branco	Kamila Silvestre Cabral	Nova Esperança do Sudoeste	4.173.883	GOV
Francisco Beltrão/ Pato Branco	Aline Terezinha Ambrosio	Palmas	207.817.587-1	GOV
Francisco Beltrão/ Pato Branco	Neiva Aparecida Pereira	Pato Branco	3.681.533-7	SC
Guarapuava	Nilva Maria Rufatto	Turvo	5.855.071-0	SC
Guarapuava	Jovita Aparecida Kinkoski	Goioxim	3.738.174-8	GOV
Guarapuava	Daniella Servegnini Silva	Laranjeirasdo Sul	7.970.569-1	GOV
Irati	Robson Miguel Camargo	Irati	4.035.387-9	GOV
Irati	Dejair de Jesus Padilha	Mallet	4.076.420-8	SC
Jacarezinho	Adriana Martinelli Casagrande	Pinhalão	6.538.826-0	GOV
Jacarezinho	Irani Vaz de Oliveira	Carlópolis	429.775-0	SC
Jacarezinho	Adriana Furiati	Ibaiti	4.775.680-4	SC

Londrina/ Ivaiporã	Simone Aparecida Queizi	Londrina	63.114.331-6	GOV
Londrina/ Ivaiporã	Sônia Maria de Santana	Lidianópolis	158.988-1	SC
Londrina/ Ivaiporã	Nádia Oliveira de Moura	Ibiporã	127.609-0	GOV
Londrina/ Ivaiporã	Pr. Jair Cardoso de Sá	Pitanga	4.767.240-6	SC
Londrina/ Ivaiporã	Regina Beatriz Mudri	Arapongas	225.205-0	GOV
Londrina/ Ivaiporã	Nilceane Cuani	Apucarana	7.274.558-2	SC
Londrina/ Ivaiporã	Adriana Aparecida dos Santos	Londrina	6.139.881-3	GOV
Maringá	Dayane Cristina Deretti Guerra	Doutor Camargo	6.290.983-8	GOV
Maringá	Terezinha Correa Maciel Barbosa	Ourizona	166.237-5	SC
Maringá	Edenilce de Fátima Nascimento Lima	Nova Esperança	1.327.456-8	SC
Paranavaí	Ademilson Martins	Inajá	4.986.569-4	GOV
Paranavaí	Terezinha Maria Wolff	Querencia do Norte	118.223-0	SC
Ponta Grossa	Silvana Campos Novakoski	Tibagi	4.445.583-8	SC
Ponta Grossa	Angelina Beatriz da Silva Lima	Castro	3.424.899-0	SC
Ponta Grossa	Ezequiel Cubines	Ortigueira	6.399.337-9	GOV
Ponta Grossa	Graciane Andreia Hoinaski	Porto Amazonas	8.673.518-0	GOV
Umuarama	Josefa de Fátima dos Santos	Indianópolis	5.539.340-0	SC
Umuarama	Aline de Jesus	Umuarama	33.542.349-8	GOV
Umuarama	Maria do Socorro Cavalcanti Jaguaribi	Terra Roxa	10.691.094-4	GOV
União da Vitória	Márcia J. de Souza	Paula Freitas	5.185.598-1	GOV
União da Vitória	Silvestre Rosnowski	Cruz Machado	124.707-3	SC

#### 5. MOÇÕES APROVADAS:

As moções aprovadas serão encaminhadas juntamente com a via impressa do Relatório.